

Os estados com maiores percentuais de unidades inacessíveis encontram-se nas regiões Norte: Roraima; e Nordeste: Paraíba e Alagoas. Também no Nordeste encontra-se o estado com menor quantidade relativa de unidades de acolhimento inacessíveis: Piauí, que, conforme já mencionado, também concentra o maior percentual de unidades de acolhimento acessíveis do Brasil.

### **Conclusão**

A partir da análise dos dados do Censo SUAS 2014, constatou-se que o Brasil dispõe de 5184 unidades de acolhimento, sendo que mais da metade delas, 2748 unidades, destina-se principalmente ao atendimento de crianças e adolescentes e menos de 5%, 241 unidades, ao atendimento de pessoas com deficiência de qualquer faixa etária. Um terço das unidades destinadas ao acolhimento de pessoas com deficiência, 81 unidades, encontra-se em Minas Gerais.

De um modo geral, os dados apresentados evidenciam o despreparo de mais da metade das unidades de acolhimento brasileiras para prestar atendimento às pessoas com deficiência: do total de 5184 unidades, apenas 2031, 39,18%, atendem a todos os critérios de acessibilidade física pesquisados pelo Censo. Especificamente em Minas Gerais, das 854 unidades de acolhimento presentes no estado, 399, ou 46,72%, são acessíveis.

A análise específica das 241 unidades de acolhimento brasileiras cujo principal público atendido é de pessoas com deficiência de qualquer faixa etária trouxe resultados mais positivos: 68,88% estão plenamente adaptadas para o acolhimento de pessoas com deficiência. Em Minas Gerais, esse percentual é de 64,20%, bem próximo do observado nacionalmente.

Se considerarmos a expressiva proporção de unidades de acolhimento não governamentais em comparação às governamentais, a adequação das estruturas físicas de tais equipamentos da assistência social, com vistas a torná-los acessíveis às pessoas com deficiência apresenta-se como um grande desafio, desafio este que passa pela impossibilidade do poder público local de intervir diretamente em unidades de acolhimento cuja gestão não está sob sua responsabilidade.

## Referências

- BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília: 1993. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada-2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>>; Acesso em: 05 jul 2015;
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009)**. Brasília, MDS: 2009;
- \_\_\_\_\_. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009 a.
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Brasília: 2009 b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>; Acesso em: 27 jun 2015;
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO CNAS Nº 17, DE 20 DE JUNHO DE 2011**. Brasília, MDS: 2011. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/gestao-do-trabalho/RESOLUCaO%2017%20do%20Cnas%20Nivel%20superior%20do%20Suas.do.c>>; Acesso em: 09 jun 2015;
- \_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS**. Brasília: MDS/SUAS, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/norma-operacional-basica-do-suas>>. Acesso em 19 abr 2015;
- \_\_\_\_\_. **Censo do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em 16 abr 2015;
- \_\_\_\_\_. **Censo SUAS - Institucional**. Brasília: MDS, 2015 a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/vigilancia-social/vigilancia-sobre-padroes-de-servicos-censo-suas/censo-suas-institucional>>; Acesso em: 21 jun 2015;
- \_\_\_\_\_. **Proteção Social Básica**. Brasília: MDS, 2015 b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>>; Acesso em 05 jul 2015;
- \_\_\_\_\_. **Proteção Social Especial**. Brasília: MDS, 2015 c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/protecao-social-especial>>; Acesso em 05 jul 2015;
- CODEGEO. **Shapefiles do Brasil para download**. Disponível em: <<http://www.codegeo.com.br/2013/04/shapefiles-do-brasil-para-download.html>>; Acesso em: 30 set. 2015;
- ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, n. 86, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>>; Acesso em: 28 jun 2015;

GARBE, Douglas de Souza. ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE NOVA IORQUE. **Revista da Unifebe**. Brusque, n. 10, 2012, p. 95-104. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo023.pdf>>; Acesso em: 23 set. 2015;

LONARDONI, Eliana *et al.* **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)>; Acesso em 27 jun 2015;

MAENO, Maria; VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia. Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 35, n.121, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000100010&script=sci_arttext)>; Acesso em 27 jun 2015;

NETO, Max Paskin; POLTRONIERI, Fernanda Maria. **A evolução histórica, normativa e social do conceito de 'desenho universal' e seus impactos sobre acessibilidade e mobilidade urbana. Estratégias para implementação prática**. 2014. Disponível em:<<http://maxpaskin.jusbrasil.com.br/artigos/125579570/a-evolucao-historica-normativa-e-social-do-conceito-de-desenho-universal-e-seus-impactos-sobre-acessibilidade-e-mobilidade-urbana>>; Acesso em 27 jun 2015;

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOUZA, Rosimary Gonçalves de; Faustino, Taiane Queithe da Silva. **A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise a partir do funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: 2011. Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/A\\_IMPLEMENTACAO\\_DO\\_SISTEMA\\_UNICO\\_DE\\_ASSISTENCIA\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_IMPLEMENTACAO_DO_SISTEMA_UNICO_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf)>; Acesso em 05 jul 2015;

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2008.

## **RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS: o Brasil é mais rural do que se imagina**

João Paulo Freire<sup>1</sup>

Luiza Mascarello<sup>2</sup>

### **Introdução**

Ao longo de anos, muito se tem falado sobre uma característica básica da população brasileira: seu caráter essencialmente urbano. Estatísticas oficiais indicam que aproximadamente 84% da população vive no meio urbano, deixando, por outro lado, uma parcela pouco expressiva (16%) no meio rural. Essa proporção se repete no estado de Minas Gerais, com percentuais semelhantes. O rural é visto, assim, como um lugar pouco povoado e onde se desenvolvem atividades agrícolas e agropecuárias de larga escala, bastante mecanizadas e com pouco envolvimento de trabalho humano.

Em que pese essa concepção, debates acerca do conceito do que é meio rural vêm surgindo e suscitando importantes questões, que acabam por colocar em cheque a defasagem de políticas públicas e alocação de recursos para a população dessas áreas. Isso ocorre porque dependendo da caracterização a população pode ser bem mais expressiva do que os dados oficiais, sobretudo ao se verificar os aspectos demográficos e funcionais dos municípios de pequeno porte – que são a maioria dos municípios brasileiros – como baixa densidade demográfica, elevado percentual de pessoas habitando o campo, predominância de paisagens naturais ou cultivadas sobre as paisagens artificializadas, forte relação com a cultura dos povos do campo, entre outras características.

Assim, pode-se aferir que o Brasil é menos urbano do que se calcula, ou, mais rural que se estima se utilizarmos critérios mais comumente adotados internacionalmente. Porém, mais do que uma preocupação meramente contábil, seu objetivo é apontar para a necessidade de reorganização dos territórios e a atuação do Estado nesses, considerando as tendências da urbanização e suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento, norteando o caminho que o Brasil deve seguir. (VEIGA, 2002)

---

<sup>1</sup> João Paulo Freire – Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

<sup>2</sup> Luiza Mascarello – Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais com a monografia "A presença das mulheres na Câmara dos Deputados: (re)pensando a democracia brasileira", Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento da SEDESE.

Esse artigo buscará, portanto, apresentar dados relevantes à discussão sobre os conceitos contemporâneos da ruralidade, contribuindo para o aprimoramento de sua definição e os impactos que essas novas perspectivas podem acarretar na elaboração de políticas públicas, frente um novo mapa urbano-rural brasileiro e mineiro.

### As Bases Conceituais do Rural

No Brasil, não existe um conceito sobre o que é rural. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – determina o que é urbano considerando as definições estabelecidas nas legislações municipais, compreendendo áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. A partir daí, subdivide-se o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais. A situação rural, então, é um espaço residual, é o que se opõe, é o que não se encaixa no perímetro urbano, sem levar em conta suas relações econômicas e sociais.

Esse critério também é utilizado para classificar as populações em urbana e rural. O resultado final é que independente do número de habitantes de uma cidade ou de uma vila, todas as pessoas ali residentes são contadas como população urbana. Dessa forma, as estatísticas do CENSO IBGE mostram a realidade a partir desse conceito. Tem-se, então, que aproximadamente 15% da população reside em meio rural, proporção que se repete no estado de Minas Gerais, conforme tabela a seguir:

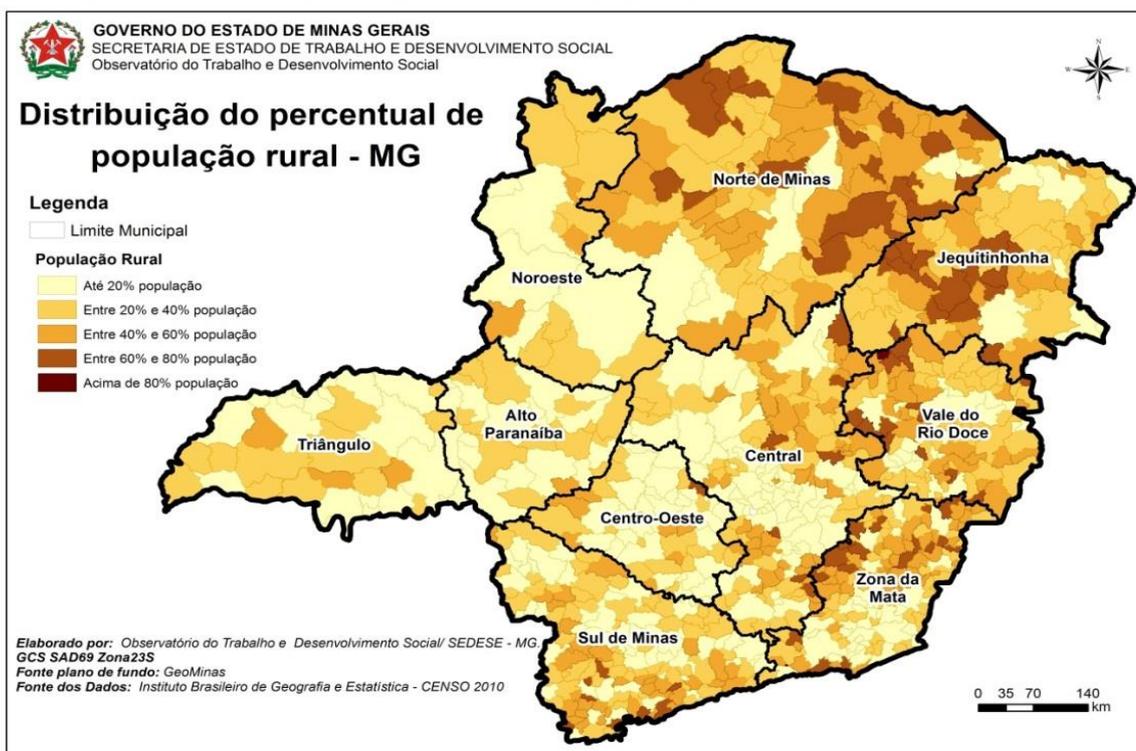
**Tabela 1: Distribuição da população rural em Minas Gerais e no Brasil**

População	Nº de habitantes (MG)	%	
		MG	Brasil
Rural	2.882.114	4,7	5,6
Urbana	16.715.216	85,3	94,4
Total	19.597.330	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010)

Quanto a Minas Gerais, a distribuição dos municípios mineiros com presença de população rural é heterogênea no estado, mas tende a se concentrar no Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, conforme mapa abaixo:

**Mapa 1 – Distribuição do percentual de população rural em MG**



No entanto, estudiosos vêm questionando o caráter simplista e hegemônico desta metodologia de classificação, sustentando a visão de que tal definição é eminentemente físico-geográfica e arbitrária, na medida em que não avalia as relações econômicas e sociais que constituem esses espaços sociais. Não há, nesse caso, uma relativização regional, não se busca analisar a diversidade e heterogeneidade existente entre municípios e áreas com características distintas. É importante, por exemplo, considerar que a área rural de um grande centro urbano é significativamente diferente da área rural de um município que depende fundamentalmente das atividades rurais e agrícolas ou mesmo de um município de porte médio, em termos populacionais, mas que tem na agricultura e nos serviços rurais uma forte base de sua sustentação econômica.

Municípios com até 10 mil habitantes (correspondem a 45% dos municípios brasileiros) apresentam características eminentemente rurais e precisam de políticas públicas específicas, diferentes das cidades mais populosas, tendo ainda o enfoque multissetorial. É importante admitir que uma cidade com menos de 50 mil habitantes, e

milhares delas com menos de 20 ou 10 mil habitantes, deva ter todos os serviços públicos e infraestrutura que possui um município de 100 mil ou mais pessoas. Por isso se faz necessária uma política de desenvolvimento rural que tenha estratégias, instrumentos, mecanismos e ferramentas apropriadas ao planejamento e gestão pública de acordo com essa realidade, como planos diretores adequados ao papel que elas desempenham, planos territoriais de desenvolvimento, planos de apoio a cadeias produtivas, planos de educação, entre outros.

O rural não pode ser identificado exclusivamente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, muito menos com as atividades exclusivamente agropecuárias. VEIGA (2002) chama a atenção para o fato de que o rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais insistem em propor e executar. Essa tentativa de homogeneizar o rural setorialmente acarreta em grandes distorções na categorização e, conseqüentemente, na atuação do Estado brasileiro com suas políticas públicas. É um elemento chave para compreender a dinâmica socioterritorial dessas regiões possibilitando maior desenvolvimento e ampliação da cobertura das políticas públicas.

Considerar, por exemplo, o rural território e o rural setor, situação recorrente na implementação de políticas públicas, pode culminar na marginalização dos pequenos municípios brasileiros, ao se verificar que muitas ações governamentais voltadas para os municípios são priorizadas para municípios com mais de 50 mil habitantes, enquanto que 89% das cidades brasileiras não se adequam a esse critério. O mais grave é que uma parte significativa desses municípios está concentrada em territórios essencialmente rurais, fazendo com que a ausência de prioridade e fragilidade na classificação prive toda uma região, às vezes várias regiões adjacentes, de serviços e infraestrutura pública, dificultando enormemente o acesso de sua população a bens e serviços públicos e obrigando esses cidadãos a se deslocarem por grandes distâncias para terem supridas suas necessidades.

Uma tipologia de classificação dos espaços rurais incide diretamente sobre os processos de elaboração, execução, gestão e avaliação das políticas públicas, pois as políticas estruturantes e setoriais necessitam considerar as especificidades e o significado diferenciado das áreas rurais. Políticas de desenvolvimento territorial que contemplem essas particularidades certamente terão maiores possibilidades de êxito, em termos de inclusão social, de consolidação democrática e desenvolvimento socioeconômico.

É também relevante ressaltar que o rural brasileiro sofreu inúmeras transformações nos últimos anos. Segundo SILVA (1999), pode-se dizer que ele se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Longe de se obter um conceito unidimensional e concreto, a construção de um consenso em torno da ruralidade é um esforço complexo e com inúmeras armadilhas. Carneiro (1998) problematiza a ruralidade como novas identidades em construção, postulando-as produto das novas relações campo-cidade. Segundo a autora, a ruralidade contemporânea pode ser compreendida como uma pós-modernização da agricultura e uma modernização incompleta, interrompida ou segmentada em alguns casos. Podemos concluir que ambas são embasadas por uma reorganização das relações sociais e territoriais na natureza que, por vários processos, cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo.

Cabe, portanto, um debate mais aprofundado e constante sobre as diversas classificações de “ruralidades”, de forma a estabelecer parâmetros que reproduzam a realidade do país, dos seus estados e municípios sem perder, contudo, a capacidade de contemplar as especificidades de cada localidade. Técnicas e metodologias das mais variadas são aplicadas nos dias atuais para se buscar definições mais precisas, seja a partir de cruzamentos dos dados dos Censos do IBGE, ou mesmo de pesquisas de campo, relacionando indicadores demográficos, sociais, econômicos e culturais entre outros.

Nesse cenário, peça fundamental de transformação é o Estado. É importante que haja interesse governamental em criar arranjos institucionais que constituam espaços de concertação intermunicipal, onde as demandas locais e territoriais possam ser contempladas através de pactos para o desenvolvimento e municípios tenham suas necessidades compreendidas.

O MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – vem empreendendo estudos para construir outro conceito de rural, que abarque as diversidades do meio e que não se restrinja ao critério territorial do IBGE. De acordo com a pesquisadora Tânia Bacelar, é necessário que a proposta de caracterização do novo rural brasileiro considere os diversos contextos territoriais do país e as distintas formas de relacionamento das áreas rurais com os centros urbanos com os quais elas mantêm relações diferenciadas de interdependência e complementaridade. Dessa forma, o rural não é visto como algo homogêneo, pelo

contrário, há diversos “tipos” de espaços rurais no Brasil, que requerem políticas públicas específicas. Para os pesquisadores, políticas de desenvolvimento territorial que contemplem essas particularidades certamente terão maiores possibilidades de êxito em termos de inclusão social, de consolidação democrática e desenvolvimento econômico.

Uma nova classificação dos municípios brasileiros proposta por estudo desenvolvido pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura –, aliada à população recenseada em 2010 demonstra que o Brasil rural abriga 37% dos brasileiros, aproximadamente 81 milhões de pessoas, mais que o dobro do estimado pelo CENSO Demográfico, de 16%. Fica, assim, evidente, que o país é muito mais rural do que se pensa.

### **O Espaço Rural Brasileiro**

Vários autores consideram obsoleta a metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização, que indica que o Brasil já possui mais de 80% de sua população como habitantes das urbes, apresentando alternativas mais viáveis de categorização.

O debate atual envolve as dimensões da territorialidade e do desenvolvimento sustentável. As definições e referenciais do passado ainda continuam presentes, mas raros são aqueles que desconhecem sua crescente limitação para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea esta trazendo a tona.

Mas é preciso reconhecer, igualmente, que a mudança de pensamento e concepção em andamento sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento pode ser entendida como uma tentativa de estudiosos, políticos e atores buscarem respostas aos desafios e condicionantes impostos pelos processos mais gerais de transformação das sociedades contemporâneas.

Em razão da enorme diversidade de entendimentos que cada país utiliza para definir o rural, a OCDE buscou elaborar uma metodologia que seria capaz de abarcar, ao mesmo tempo, as especificidades e diversidades. Nesse sentido, foram estabelecidas três dimensões orientadoras:

“o território, que faz referência às regiões e suas performances econômicas, sociais, ecológicas e políticas; o desenvolvimento rural, entendido como um conceito multissetorial que engloba questões da natureza; e a dimensão temporal, que se refere não apenas às características do corte temporal estabelecido, mas também ao histórico das opções técnicas, econômicas ou comportamentais” (OCDE, 1994, p. 15 e 16).

A operacionalização desse enfoque territorial permite equacionar alguns dos problemas conceituais no que tange a incompatibilidade entre as diferentes definições utilizadas. “A partir destas referências, o sistema territorial passou a ser orientado pelas funções e potencialidades, mais do que pela simples base física e geográfica”. (OCDE, 1994, p.19)

A abordagem territorial proposta pela OCDE permitiu uma visão mais integrada e igualitária e facilitou a comparação entre os países membros da organização, segundo Schneider (2009). Há nesse caso, uma alternativa satisfatória para reorganizar os conceitos em torno das peculiaridades de cada território, reordenando a forma de atuação governamental e social.

Para operacionalizar a abordagem territorial, a OCDE recorreu a indicadores demográficos, sendo a densidade demográfica a principal variável. A partir destes elementos de cunho territorial orientou-se a aplicação de forma a organizar espacialmente as informações nas diferentes regiões. Além de mais expressivo do que o senso comum acredita, o espaço rural não deve ser visto como algo homogêneo, devendo-se falar em “espaços rurais”, principalmente em um país com grande dimensão territorial e diversidade de biomas como o Brasil, que acarretam pluralidade de atividades econômicas e formações sociais.

Primeiramente, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) criou classes de regiões, que seriam: 1) essencialmente rural “isolado”; 2) essencialmente rural “próximo”; 3) relativamente rural “isolado”; 4) relativamente rural “próximo”; 5) urbano exceto metrópoles e capitais regionais e 5) urbano em metrópoles e capitais regionais.

Tal classificação permite explorar a ideia de que municípios pequenos, com características essencialmente rurais, mas que se localizam próximos a algum centro urbano, teriam necessidades e características distintas daqueles que são isolados. Por exemplo, para acessar serviços de saúde de média e alta complexidade, a população de um município isolado encontraria mais dificuldades para se deslocar até um centro urbano com tais serviços, o que poderia ser um fator de vulnerabilidade social.

**Tabela 2: População residente no Meio rural por Classe de Região**

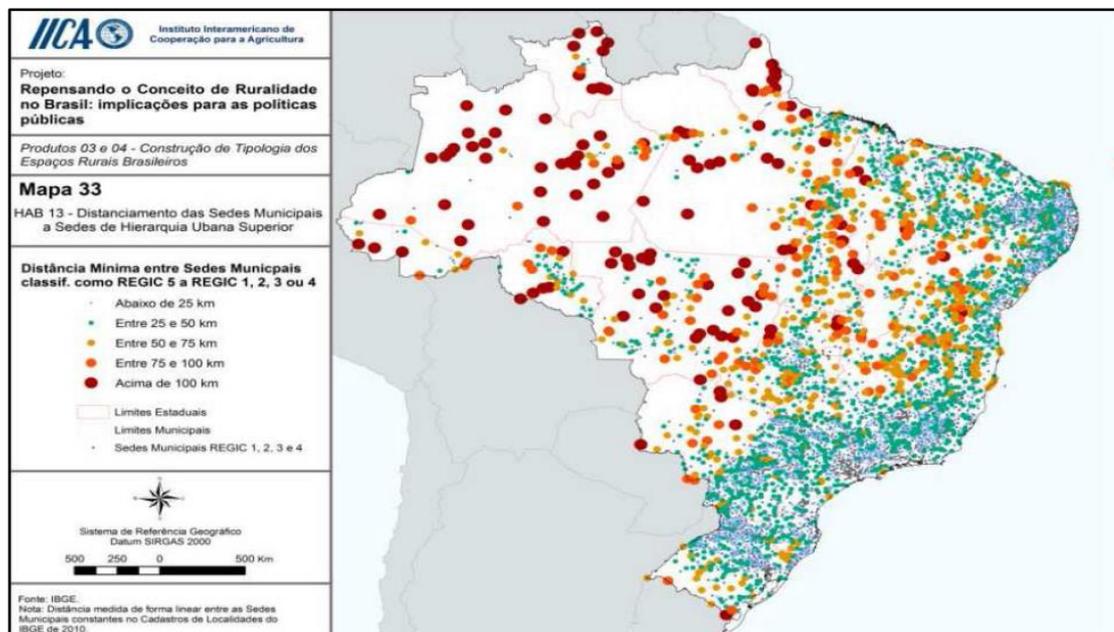
Classes	Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População total (2010)	Percentual população Brasil
1 - essencialmente rural “isolado”	562	3.436.372	10.172.453	5,33
2 - essencialmente rural “próximo”	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
3 - relativamente rural “isolado”	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
4 - relativamente rural “próximo”	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
5 - urbano exceto metrópoles e capitais regionais	232	892.383,4	19.764.106	10,36
6 - urbano em metrópoles e capitais regionais	375	325.137,4	100.567.300	52,72
Totais	5.565	8.502.729,1	190.755.799	100,00

Fonte: MIRANDA, Carlos. Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para políticas públicas. Brasília, 2014.

Com essa classificação, constata-se padrões muito distintos de acessibilidade no país, medida pela distância geográfica, com distâncias inferiores a 25 Km até aquelas acima de 100 Km, predominantes no bioma amazônico. Em Minas Gerais, as distâncias não ultrapassam 100 Km e o padrão que predomina é o de 25 a 50 Km, com pontos de 50

a 75 Km no Triângulo, Norte e Jequitinhonha, e pontos de 75 a 100 Km no Noroeste, como ilustra o mapa a seguir.

**Mapa 2 – Distância Mínima entre Sedes Municipais**



Fonte: IBGE, 2010

Além de ser mais expressivos do que o senso comum pensa, existe grande diversidade do rural brasileiro e mineiro. Segundo estudo do IICA, no Brasil haveria 26 tipos de meios rurais e em Minas Gerais, sete. No estado, assim como no país de forma geral, convivem regiões bastante distintas, em algumas predominam o agronegócio, em outras a agricultura familiar e, em muitas delas, convivem os dois tipos de organização produtiva. Nesse conjunto existem territórios onde a qualidade de vida é elevada e, em outros, precária.

### **Características do Estado de Minas Gerais e suas áreas rurais**

A partir do estudo realizado pelo IICA as áreas rurais do estado de Minas Gerais podem, a partir desta classificação, é assim caracterizado:

- No Norte de Minas, o padrão que se verifica é de distâncias médias, agricultura familiar predominante com condições precárias de posse, baixa instrução, baixa renda e proporção grande de jovens;

- No Oeste e Centro do estado, as distâncias em geral são médias, a agricultura familiar é pouco expressiva ou muito modernizada, níveis médios de instrução e renda e proporção alta de idosos;
- O Noroeste de Minas caracteriza-se por distâncias médias e grandes, agricultura familiar predominante, com condições precárias de posse, níveis baixos de instrução e renda, razão de sexo desequilibrada e grande número de jovens;
- A parte Norte da Zona da Mata e Sul/Sudoeste do estado caracterizam-se por distâncias pequenas, agricultura familiar pouco expressiva, alta proporção de população ocupada em atividade agropecuária, florestal e pesca, média instrução e baixa e média renda, média imigração e proporção média de jovens.
- A zona no limite entre o Triângulo Mineiro e Goiás apresenta como padrão distâncias pequenas, agricultura familiar pouco expressiva, média proporção de população ocupada em atividade agropecuária, florestal e pesca, alta instrução, diferentemente das demais regiões, média renda e proporção média de idosos.
- As regiões do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e Campo das Vertentes apresentam, em geral, distâncias médias, agricultura familiar pouco expressiva, alta proporção de população ocupada em atividade agropecuária, florestal e pesca, baixos níveis de renda e instrução e proporção média de jovens.
- Por fim, os entornos de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Viçosa caracterizam-se por distâncias pequenas, agricultura familiar medianamente expressiva, proporção da população ocupada em atividade agropecuária, pesca e florestal pequena na zona rural e muito pequena na zona urbana, altos níveis de instrução, renda e crescimento demográfico e proporção média de idosos.

Tipos	Habitat	Trabalho	Condições de vida	Econômicas	Demográficas
Norte de Minas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta Densidade Concentrada em habitat rural;</li> <li>- Distâncias inframunicipal e para cidade de maior nível de serviço médias;</li> <li>- Sociabilidade e no âmbito de aldeias e de muitos povoados além das muitas sedes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Predomina a agricultura familiar em condições precárias de posse;</li> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária pesca e florestal alta na zona rural e na zona urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Instrução;</li> <li>- Muito baixa renda;</li> <li>- Baixo nível de equipamentos domésticos em meios de comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor agregado pela produção agropecuária a médio nas economias locais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento baixo;</li> <li>- Baixa Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo equilibrada;</li> <li>- Há uma proporção grande de jovens.</li> </ul>
Oeste e Centro de Minas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Média Densidade concentrada em habitat urbano;</li> <li>- Distâncias inframunicipal pequena e média para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar pouco expressiva ou muito;</li> <li>- Modernizada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Média Instrução;</li> <li>- Média renda;</li> <li>- Nível médio e alto de equipamentos domésticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor Agregado pela produção agropecuária baixo nas economias locais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento baixo;</li> <li>- Média Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo</li> </ul>

	<p>cidade de maior nível de serviço;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociabilidade e centrada nas numerosas sedes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária a pesca e florestal média na zona rural e baixa na zona urbana.</li> </ul>	<p>em meios de comunicação;</p>		<p>equilibrada;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uma proporção alta de Idosos.</li> </ul>
Noroeste de Minas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Densidade concentrada em habitat urbano;</li> <li>- Distâncias inframunicipal médias e grandes para cidade de maior nível de serviço</li> <li>- Sociabilidade e no âmbito das sedes e de aldeias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar expressiva em condições precárias de posse;</li> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária a pesca e florestal média na zona rural e na zona urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Instrução;</li> <li>- Baixa Renda;</li> <li>- Médio a baixo nível de equipamentos domésticos em meios de comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor Agregado pela produção agropecuária alto nas economias locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento baixo;</li> <li>- Média Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo desequilibrada;</li> <li>- Há Muitos Jovens.</li> </ul>
Parte Norte	- Média	-	- Média	- Valor	-

<p>da Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas Gerais</p>	<p>Densidade Concentrada moderadamente em habitat rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Distâncias inframunicipal e para cidade de maior nível de serviço pequenas;</li> <li>- Sociabilidade e no âmbito de muitas vilas.</li> </ul>	<p>Agricultura familiar pouco expressiva;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária pesca e florestal alta na zona rural e na zona urbana.</li> </ul>	<p>Instrução;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Média a Baixa renda;</li> <li>- Alto e Baixo nível de equipamentos domésticos em meios de comunicação.</li> </ul>	<p>Agregado pela produção agropecuária alta nas economias locais.</p>	<p>Crescimento baixo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Média Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo equilibrada;</li> <li>- Proporção Média de Jovens.</li> </ul>
<p>Limite Triângulo Mineiro/Goíás</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Densidade concentrada em habitat urbano;</li> <li>- Distâncias inframunicipal e para cidade de maior nível de serviço pequenas;</li> <li>- Sociabilidade e centrada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar pouco expressiva;</li> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária pesca e florestal média na zona rural e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta Instrução;</li> <li>- Média renda;</li> <li>- Nível alto de equipamentos domésticos em meios de comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor Agregado pela produção agropecuária médio nas economias locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento baixo;</li> <li>- Média Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo equilibrada;</li> <li>- Há uma proporção média de idosos.</li> </ul>

	em sedes e Áreas Urbanas isoladas.	na zona urbana.			
Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Campo das Vertentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Densidade Concentrada moderadamente em habitat rural;</li> <li>- Distâncias inframunicipal e para cidade de maior nível de serviço médias.</li> <li>- Sociabilidade e no âmbito de muitas vilas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar pouco expressiva;</li> <li>- Proporção da população ocupada em atividade agropecuária pesca e florestal alta na zona rural e média na zona urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa Instrução;</li> <li>- Baixa renda;</li> <li>- Nível médio a baixo de equipamentos domésticos em meios de comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor Agregado pela produção agropecuária médio nas economias locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento muito baixo;</li> <li>- Baixa Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo equilibrada;</li> <li>- Há uma proporção média de jovens.</li> </ul>
Juiz de Fora, Viçosa e Belo Horizonte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Média Densidade concentrada moderadamente em habitat urbano;</li> <li>- Distâncias inframunicipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar Medianamente expressiva;</li> <li>- Proporção da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta Instrução;</li> <li>- Alta renda;</li> <li>- Nível alto de equipamentos domésticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor Agregado pela produção agropecuária muito baixo nas economias locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento alto;</li> <li>- Média Imigração em Habitat Rural;</li> <li>- Razão de sexo</li> </ul>

	<p>pal e para cidade de maior nível de serviço pequenas;</p> <p>- Sociabilidade e no âmbito das sedes e muitas Áreas Urbanas Isoladas.</p>	<p>ocupada em atividade agropecuária pesca e florestal pequena na zona rural e muito pequena na zona urbana (poli atividade).</p>	<p>em meios de comunicação.</p>		<p>equilibrada;</p> <p>- Há uma proporção média de idosos.</p>
--	--	---	---------------------------------	--	--

**Quadro 1: Tipologia dos Espaços Rurais de Minas Gerais**

Fonte: MIRANDA, Carlos. Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para políticas públicas. Brasília, 2014

## **Especificidades dos Espaços Rurais em Relação aos Espaços Urbanos**

A necessidade de revelar o real tamanho da população rural brasileira e mineira se dá porque esse meio apresenta características específicas, que normalmente não são encontradas no meio urbano, como dificuldade no acesso a serviços de coleta de lixo, de tratamento de água e esgoto, de energia elétrica, a escolas, a postos de saúde, à rede socioassistencial, à rede de proteção de direitos, dentre outras.<sup>1</sup>

Um dos problemas inerentes à zona rural é a violência do campo, que se configura de forma diferente da violência urbana. No Brasil, país que lidera o ranking mundial, a falta de regularização fundiária, de demarcação das terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas gera insegurança e torna o terreno ainda mais fértil para conflitos e ameaças aos povos que defendem seus territórios. Minas Gerais, de acordo com a CPT – Comissão Pastoral da Terra –, que monitora a violência no campo há 30 anos, foi o Estado que mais julgou e condenou os responsáveis pelos homicídios ocorridos no meio rural do país. Dentre os 68 casos registrados (em um total de 89 vítimas fatais), 25 foram a julgamento, o que representa um índice de 36,7%, e 26 pessoas foram condenadas<sup>2</sup>.

Em relação à propriedade de imóveis, em Minas Gerais 2.156 famílias residem em ocupações em imóveis rurais<sup>3</sup>, o que pode revelar um fator de vulnerabilidade social. As ocupações são reflexo da concentração de terra: o Índice Gini da Propriedade da Terra revela que no Brasil o grau de concentração é elevado (0,802 em uma escala onde 1 caracteriza a concentração máxima), na região Sudeste é 0,750 – dado de 2000.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: Censo Agropecuário 2006, MDA e dados do Cadúnico de junho/2014.

<sup>2</sup> Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2014 – Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewdownload/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23>

<sup>3</sup> Fonte: MDA/DIEESE. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-lt\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

<sup>4</sup> Fonte: INCRA/DIEESE. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-lt\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

**Tabela 3: Número de Ocupações em Imóveis Rurais e de Famílias Envolvidas**

U ni	Oc up	Fa mí	Uni dad	Oc up	Fa mí
Al	20	89	Par	4	21
ag		2	aíba		8
B	26	3.	Par	9	48
ah		66	aná		0
C	3	20	Per	33	3.
ea		4	na		55
Di	1	65	Rio	1	17
str			Gra		0
Es	5	16	Ron	1	80
pí		7	dôn		
G	5	76	San	1	15
oi		0	ta		0
M	3	72	São	81	1.
at		0	Pau		86
M	27	2.	Ser	4	71
in		15	gip		7
Pa	3	41	Tot	22	16
rá		0	al	7	.2

Em relação à saúde, estudo da OIT<sup>5</sup> – Organização Internacional do Trabalho – revela disparidades entre meios urbano e rural, num contexto em que 56% das pessoas que vivem nas áreas rurais estão excluídas dos cuidados essenciais de saúde, embora o acesso seja garantido por lei, contra 22% das que residem em áreas urbanas. No Brasil, de acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – a grande maioria da população rural não tem plano particular de saúde. São 93,6%, contra 70,3% da população urbana, deixando-a mais vulnerável e tornando ainda mais importante a atuação do Estado.

<sup>5</sup> Fonte: Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/mais-da-metade-da-populacao-rural-mundial-carece-de-servicos-de-saude-revela-novo-relatorio-da-oit/>

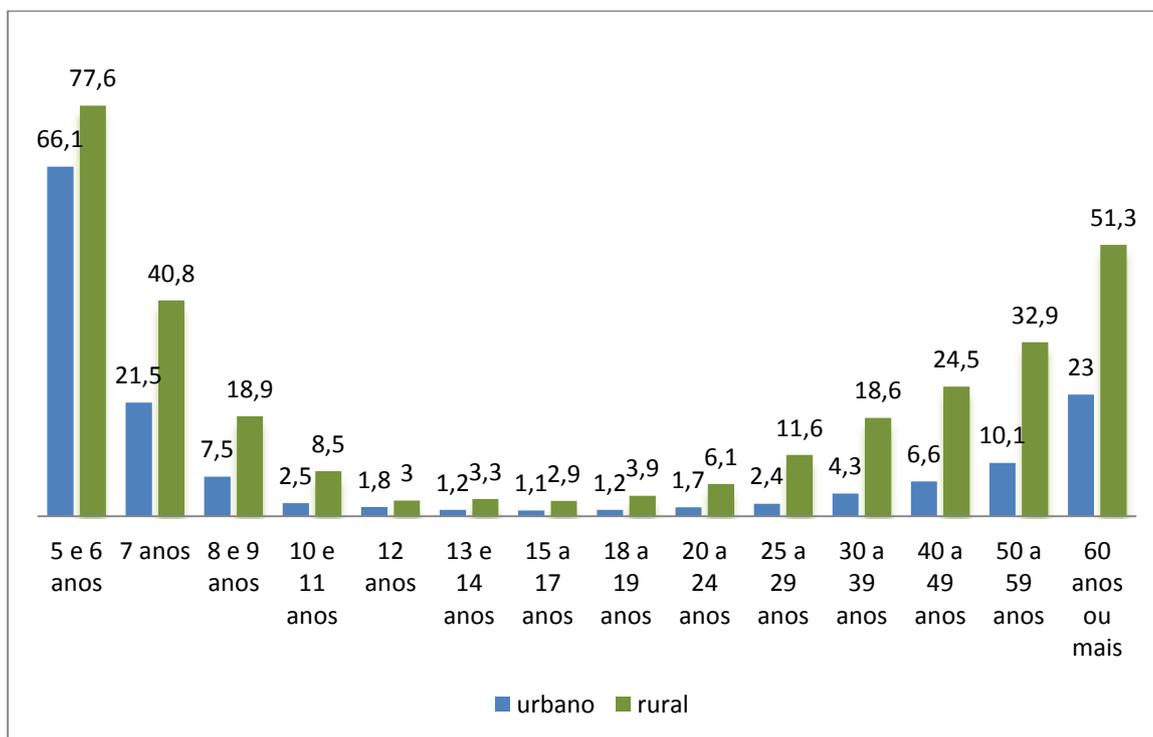
**Tabela 4: Distribuição da população por cobertura e tipo de plano de saúde, segundo local de residência, 2015.**

Cobertura e tipo	Urbana (por 1.000 pessoas)	%	Rural (por 1.000 pessoas)	%
Cobertos	47.213	29,7	1.974	6,4
Plano de assistência ao servidor público	10.706	6,7	382	1,2
Plano de empresas privadas	36.507	22,9	1.592	5,2
Não cobertos	111.881	70,3	28.884	9,6
População residente	159.095	100	30.858	100

Fonte: IBGE. PNAD. 2008 1; Plano de saúde é considerado plano de assistência médica ou odontológica. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-lt\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

Quanto à área da educação, a taxa de analfabetismo é maior no meio rural em todas as faixas de idade, acentuando-se a diferença na faixa dos 7 anos de idade a após os 40 anos. Estas são as pessoas que não foram beneficiadas pelos programas do governo de universalização do ensino décadas atrás.

**Gráfico 1: Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária, 2009.**



Fonte: IBGE. PNAD. Nota: trata-se da proporção de pessoas não alfabetizadas em relação ao total de pessoas em cada grupo de idade. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-It\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-It_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

### Considerações Finais

É de extrema relevância a discussão acerca dos conceitos da “ruralidade”, uma vez que ele pode levar a uma falsa ideia de que o rural está se extinguindo, o que explicaria a carência de políticas públicas nesse território, especialmente quando se compara os indicadores sociais dos dois espaços, urbano-rural.

Ao levar as complexidades aqui levantadas, conclui-se que há insuficiência e/ou a inadequação de políticas públicas para considerarem as especificidades, atenderem as necessidades e mobilizarem plenamente as potencialidades do desenvolvimento dos territórios brasileiro. É necessário, então, ampliar o debate sobre o rural, para melhor caracterizá-lo e, posteriormente, subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial adequadas às especificidades do Brasil contemporâneo, com uma visão integrada e tendo como elemento estruturador o diálogo entre o rural e o urbano. Considerando as dimensões geográfica, social, cultural, econômica, ambiental e administrativa, as políticas públicas poderão ser orientadas estrategicamente para melhor atender os territórios e contribuir para desenvolver suas

potencialidades, com a valorização dos espaços rurais e reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

### Referências

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica*. Seminário Internacional “El mundo rural: transformaciones y perspectivas à luz de la nueva ruralidade”. Bogotá, Out., 2003.

GRAZIANO da SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011*. Brasília, 2011. Disponível em:

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-lt\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

MIRANDA, Carlos. *Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas*. Brasília, 2014

OCDE. *Criação de indicadores rurais para moldar a política territorial*. Paris, OCDE, 1994.

ONU Brasil. “Mais da metade da população rural mundial carece de serviços de saúde, revela novo relatório da OIT”. Publicado em 27/04/2015. Disponível em:

<http://nacoesunidas.org/mais-da-metade-da-populacao-rural-mundial-carece-de-servicos-de-saude-revela-novo-relatorio-da-oit/>

SCHNEIDER, Sérgio. *Território, Ruralidade e Desenvolvimento*. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

# **BOLETIM DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL/ SUAS MINAS GERAIS Nº**

## **1 População rural: estudo técnico sobre as características e a oferta de serviços da proteção social básica para esse público no Estado de Minas Gerais**

### **Apresentação**

O Boletim de Vigilância Socioassistencial/ SUAS Minas Gerais é um estudo técnico que tem como objetivo produzir e disseminar informações e análises sobre a oferta de serviços socioassistenciais e sobre a incidência de vulnerabilidades e riscos sociais no Estado de Minas Gerais. Por meio desta publicação, visamos contribuir para ampliar a capacidade de proteção e defesa de direitos das ofertas da política de assistência social, por meio da divulgação de apontamentos que contribuam para a eficácia e qualificação dos serviços, ou seja, que eles correspondam às reais necessidades da população e que gerem resultados voltados para a melhoria da qualidade de vida e superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Este primeiro Boletim tem como tema a população rural de baixa renda, definida como um dos públicos prioritários do governo de Minas Gerais para o próximo exercício do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2016-2019) e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2016-2028). Como desdobramento, um dos objetivos estratégicos da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese) tem como foco a redução da pobreza rural. Sendo assim, este Boletim visa a contribuir para aprofundar os conhecimentos sobre essa população e aprimorar os serviços socioassistenciais a ela ofertados.

Este estudo está organizado em três partes: na primeira, será realizada uma breve discussão sobre a definição de população rural utilizada por diferentes institutos de pesquisa e autores, de modo a contextualizar os atuais estudos sobre o tema; em seguida, será apresentado o levantamento sobre o perfil socioeconômico da população rural de Minas Gerais; e na terceira parte será exposto um panorama sobre a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para a população em questão.

Para análise dos dados sobre a população, será utilizada a base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) por ser um instrumento de referência para as políticas sociais que possibilita uma gama ampla de variáveis, tais como renda, idade, sexo, frequência escolar, analfabetismo e ocupação, além das variáveis relacionadas às características dos domicílios, como abastecimento de água, escoamento de esgoto, tipo de iluminação e destinação do lixo. O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; ou famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo. Foram consideradas para a análise as informações de março de 2015.

Para a análise do PAIF, foram utilizados os dados coletados por meio do Censo SUAS referente ao CRAS, do ano de 2014. O Censo SUAS é um levantamento anual realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para acompanhar a

estruturação do Sistema Único da Assistência Social, os recursos humanos alocados, nível de financiamento e co-financiamento, equipamentos existentes, serviços e benefícios disponibilizados e participação social.

## 1. Definição de população rural

A fim de possibilitar uma melhor compreensão e análise dos dados, primeiramente serão apresentados os parâmetros de definição da população rural, assim como algumas informações importantes para caracterizá-la.

Ressalta-se que há divergências a respeito do conceito de “rural”, pois somente o conceito “urbano” existe na legislação, o que acarreta diferenças na mensuração do contingente populacional desses espaços de acordo com a fonte. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, 18% da população brasileira residem no meio rural, ao passo que para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) são 37% (Miranda, 2014).

No Brasil, a delimitação administrativa é a mais utilizada para definir as zonas rurais. A delimitação dos espaços é baseada no critério físico-geográfico, que demarca as áreas rurais por oposição e exclusão às áreas consideradas urbanas, sem levar em conta suas relações econômicas e sociais, o que pode gerar distorções no planejamento e gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural (Bezerra e Bacelar, 2013). Esta visão está ligada ao processo vivenciado após a Revolução Industrial, que criou uma dicotomia e subordinação entre rural e urbano, agricultura e indústria. Neste sentido, o critério atualmente adotado pelo IBGE é questionado por diversos autores, conforme Abramovay (2000), que aponta como limitação o fato de que muitas vezes a definição das áreas rurais é guiada mais por aspectos fiscais do que culturais, geográficos, econômicos ou sociais, uma vez que as prefeituras municipais têm o arbítrio de definir as áreas rurais, além de ser orientada por uma ideia rural como o local da ausência de serviços públicos e da “carência”.

Assim, é de extrema relevância a discussão acerca deste conceito, uma vez que ele pode levar a uma falsa ideia de que o rural está se extinguindo, o que explicaria a carência de políticas públicas nesse território, de acordo com o IICA em seu projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas” (Miranda, 2014). Além disso, muitas vezes a população rural é vista por meio de uma lente homogeneizadora e simplista, desconsiderando a amplitude, diversidade e as especificidades do mundo rural brasileiro contemporâneo. Abramovay vai mais além, e denuncia que “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania” (Abramovay, 2000, p.2). Desta forma, perde-se de vista que existem áreas rurais dinâmicas, que impulsionam o desenvolvimento econômico de suas regiões e, ainda, que as áreas rurais são conformadas por suas relações com as cidades, e vice-versa.

Conforme apontam Bezerra e Bacelar (2013) e Abramovay (2000), a ruralidade é muito mais caracterizada por um estilo de vida das pessoas mais ligado à natureza; as relações sociais são diferentes e muitas vezes os moradores não desejam sair do meio rural. O Estado deve, portanto, chegar até elas de forma eficiente, considerando que, em termos de políticas

públicas, aquelas desenvolvidas para quem vive em cidades não são adequadas para as especificidades de quem vive no campo. Destaca-se, ainda, que o que importa para o campo da assistência social é a população rural de baixa renda, que necessita de ações afirmativas do Estado, e não simplesmente de qualquer população rural. Assim, mais importante do que levantar em quais as localidades há maior proporção ou maior número de população rural, é encontrar a população rural de baixa renda, que é o público alvo da assistência.

Os autores do projeto apontam que desde o 2000 o tema da ruralidade ganhou evidência na agenda das políticas públicas, emergindo a necessidade de formulação de novas concepções e metodologias que visem à superação desta visão dicotômica e de subordinação. Neste sentido, desde 2012 o IICA tem desenvolvido uma nova tipologia para definição do rural no Brasil, que considera critérios diversos como tamanho da população, densidade demográfica, distância dos centros urbanos, oferta de serviços públicos, trajetórias de desenvolvimento, usos e funções predominantes, tipos de cobertura vegetal etc. É importante, pois, que o conceito dialogue com a diversidade do campo.

Wanderley e Favareto (2013) concluem neste projeto que é preciso definir uma nova concepção da ruralidade no Brasil, que deve estar baseada em dois pressupostos:

Por um lado, o reconhecimento da existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho; por outro lado, a afirmação de que essa população foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento, do que resulta a dimensão da pobreza rural e a fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura. Essa população, que se organiza social e politicamente, expressa uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade e às particularidades de seus modos de viver e trabalhar. (Wanderley e Favareto, 2013, p.459)

A partir das questões problematizadas, observamos a relevância de se aprofundar esses temas para a formulação de estratégias da política de assistência social voltadas para este público, considerando a real dimensão das situações de vulnerabilidade a que estão expostos, da dificuldade de acesso às políticas públicas e das diversas dimensões envolvidas na caracterização da ruralidade, buscando identificar também as potencialidades e vocações desta população.

Realizando uma análise exploratória inicial, percebemos, por exemplo, em relação ao tamanho populacional dos municípios, que o Estado de Minas Gerais possui uma predominância de municípios com menos de 20 mil habitantes, correspondente a quase 80% da sua totalidade (675 municípios). Aprofundando este dado vemos ainda que destes, 491 municípios possuem menos de 10 mil habitantes, correspondendo a 57,6% dos municípios mineiros.

Outra especificidade notada é a presença de comunidades tradicionais no meio rural, como as comunidades remanescentes de quilombo, ribeirinhas e extrativistas. Geralmente, são comunidades que estabelecem uma importante relação com a terra e seus recursos naturais, obtendo dela os alimentos para o sustento da família.

Em se tratando das comunidades tradicionais, o Decreto federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, considerado os povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, Decreto federal nº 6.040/2007, art.3º, inciso I).

Tratam-se de povos portadores de identidade e direitos próprios, que se caracterizam por manter relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos, respeitando o princípio da sustentabilidade.

Para o estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais definiu como povos e comunidades tradicionais:

Os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os pescadores artesanais, os povos de terreiro, os geraizeiros, os vazanteiros (moradores tradicionais da vazante, que sempre consorciaram o uso de terras altas e baixas, atualmente restritos a ilhas e pequenas parcelas de terra nas beiras de grandes rios que cortam o estado), os veredeiros (que ocupam, usam e preservam tradicionalmente as veredas, subunidade do bioma cerrado/gerais), os apanhadores de flores sempre-vivas, os faiscodeiros (que exercem o garimpo artesanal), entre outros. (MPMG, 2014, p.13).

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem em Minas Gerais 65 aldeias indígenas, que perpassam por 21 municípios. A Fundação Palmares indica a existência de 269 comunidades quilombolas, em 115 municípios. Para as demais comunidades - ribeirinhas, veredeiros, vazanteiros, dentre outros - ainda é necessário aprofundar o diagnóstico para sua identificação.

Em relação às vulnerabilidades e dificuldade de acesso às políticas públicas, organismos internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), constataram grandes disparidades no acesso aos cuidados de saúde entre as áreas rurais e urbanas em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento<sup>1</sup>. Estudo da OIT mostra que 56% das pessoas que vivem nas áreas rurais estão excluídas dos cuidados essenciais de saúde, embora o acesso seja garantido por lei, contra 22% das que residem em áreas urbanas<sup>2</sup>.

A partir dos dados apresentados, podemos afirmar que se faz necessário aprofundar as discussões acerca da definição de população rural, especificamente população rural de baixa renda, a fim de melhor caracterizá-la e compreendê-la, levando em consideração seus aspectos sociais, culturais, econômicos, demográficos, para além do local da residência. Conforme problematizado pelos autores que discutem o tema na atualidade, não podemos generalizar a população rural, nem tratá-la como algo a ser superado. Ao mesmo tempo, notamos que há uma deficiência na oferta de políticas públicas para a população rural pobre, que ainda vivencia situações históricas de vulnerabilidade e risco.

<sup>1</sup> Por outro lado, como exemplos de iniciativas de políticas públicas específicas para esta população, existe o Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal, com o objetivo de enfrentar a fome e fortalecer a agricultura familiar, e o serviço “Assistência técnica e de Extensão Rural” (ATER), do Plano Brasil Sem Miséria, no qual agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais com o objetivo de melhorar suas atividades produtivas.

<sup>2</sup> <http://nacoesunidas.org/mais-da-metade-da-populacao-rural-mundial-carece-de-servicos-de-saude-revela-novo-relatorio-da-oit/> Acessado em: 30/06/2015

O presente estudo não tem como foco tal desenvolvimento, assim os levantamentos de dados realizados se limitaram à delimitação de área rural realizada pelo IBGE e pela informação coletada por meio do CadÚnico (informação auto-declaratória do cadastrado). Não obstante, acreditamos que os dados apresentados contribuem para a compreensão da realidade desta população e da oferta do serviço de proteção social básica em Minas Gerais, e esperamos que esta contextualização forneça elementos que auxiliem na análise dos dados e em indicações para estudos posteriores.

## 2. Características sobre a população rural de Minas Gerais:

### 2.1. Dados demográficos:

De acordo com o Censo IBGE 2010, o Estado de Minas Gerais possui uma população de 19.597.330, sendo 14,7% residentes da zona rural.

**Tabela 1: Distribuição da população rural em Minas Gerais e no Brasil.2015**

População	Nº de habitantes (MG-2010)	% do Total (MG)	Nº de habitantes (Brasil-2010)	% no BRASIL
Rural	2.882.114	14,7	29.830.007	15,6
Urbana	16.715.216	85,3	160.925.792	84,4
Total	19.597.330	100	190.755.799	100

Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração própria.

Esta distribuição no estado aproxima-se da média do Brasil, que conta com uma taxa de 15,6% de habitantes residentes em zona rural sobre o total da população.

Em relação à população inscrita no CadÚnico em Minas Gerais, temos um total de 8.956.427 pessoas cadastradas, sendo 21,4% delas pessoas que informaram morar em meio rural – correspondente a 1.920.794 pessoas. Para este estudo, realizaremos a análise descritiva de dados sobre a população rural com base no CadÚnico, tendo em vista a maior disponibilidade de variáveis. Assim, a partir deste ponto em diante considerar-se-á “população geral de Minas Gerais” o universo da população do estado inserida no CadÚnico em março de 2015.

No formulário do CadÚnico existe um campo específico para identificar as famílias que moram no meio rural, qual seja: “O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características: 1- urbanas; 2-rurais”. Assim, essa população é identificada a partir de sua auto-declaração.

Observa-se que há uma diferença entre a proporção de pessoas residentes na área rural identificada pelo IBGE e pelo CadÚnico:

Tabela 2- Percentual de população rural. Minas Gerais, 2015.

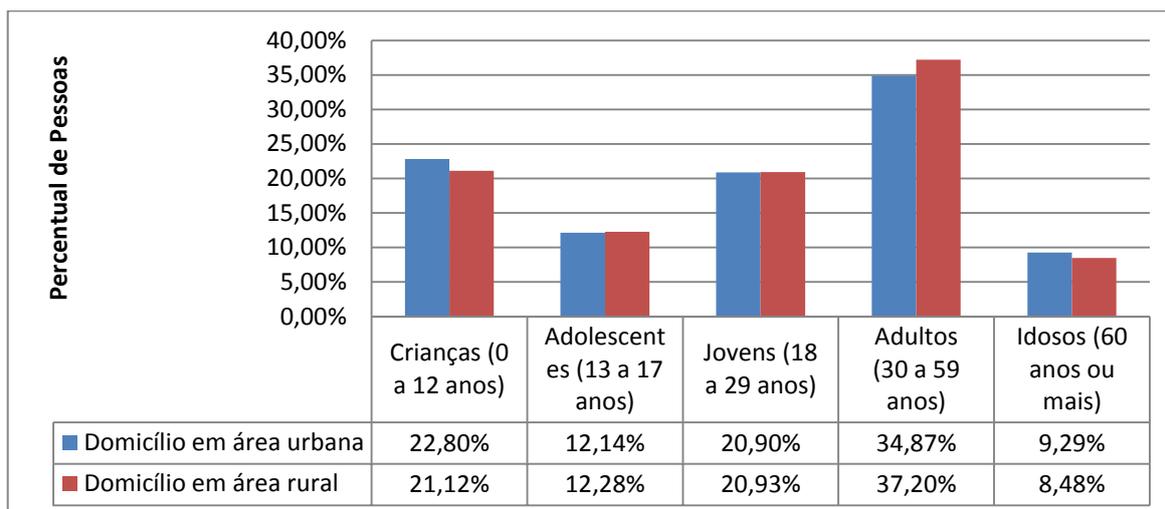
Localidade	Total MG	Rural (Abs.)	Rural (%)	Urbana (Abs.)	Urbana (%)
Estado de Minas Gerais (CadÚnico)	8.956.427	1.920.794	21,45%	7.035.633	78,55%
Estado de Minas Gerais (IBGE)	19.597.330	2.882.114	14,71%	16.715.216	85,29%

Fonte: CadÚnico março/2015; CENSO IBGE 2010.

Tem-se que a proporção da população rural em relação à total é maior no CadÚnico do que no IBGE. Uma vez que o CadÚnico tem como foco o cadastro de famílias de baixa renda, pode-se inferir que há uma proporção maior de pessoas com essas características vivendo na zona rural, como aponta a variável renda, analisada no próximo tópico.

Em relação à faixa etária da população rural, de acordo com o CadÚnico, temos uma distribuição muito semelhante em comparação com a população urbana. Destaca-se o número expressivo de adolescentes e jovens meio rural, como mostra o Gráfico 2:

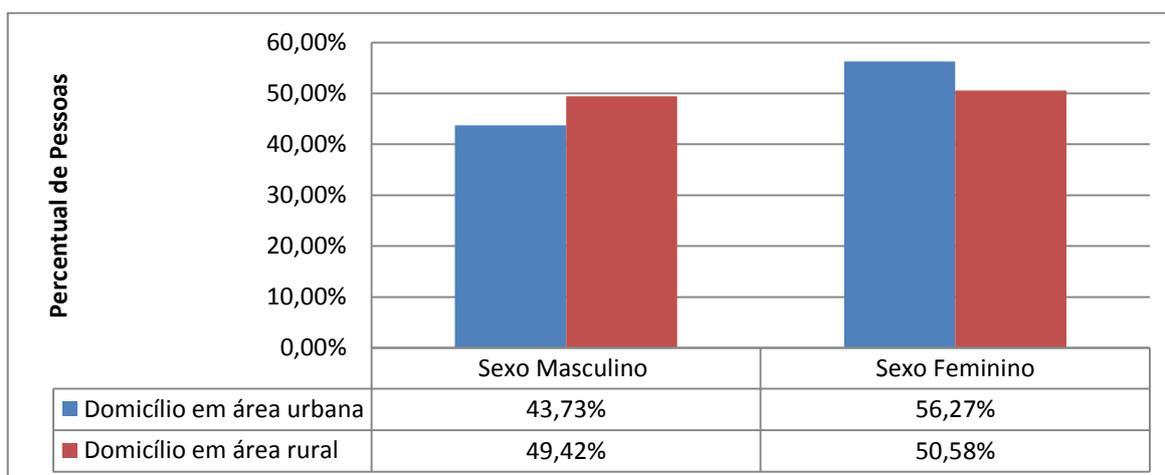
**Gráfico 2- Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico por local do domicílio e faixa etária. Minas Gerais, 2015.**



Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

Quanto à distribuição por sexo, observa-se que há uma predominância do sexo feminino na área urbana e uma proporção igualitária na área rural:

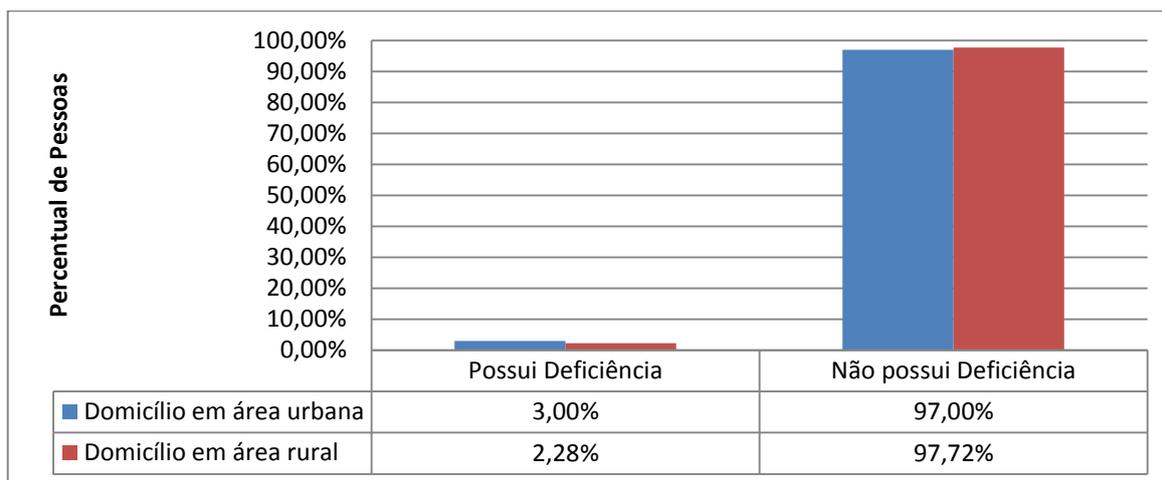
**Gráfico 3- Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico por local do domicílio e sexo. Minas Gerais, 2015.**



Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

Já para a presença de pessoas com deficiência, observa-se uma distribuição muito semelhante para as duas áreas:

**Gráfico 4- Percentual de pessoas com deficiência ou não cadastradas no CadÚnico por local do domicílio. Minas Gerais, 2015.**



Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

De acordo com o CadÚnico, foram identificadas 41.513 pessoas que recebem o benefício de Prestação Continuada (BPC), residentes na zona rural:

**Tabela 3: Nº de beneficiários do BPC na área rural. Minas Gerais 2015.**

Nº beneficiários total RURAL		Nº beneficiários BPC Idoso RURAL		Nº Beneficiário BPC pessoa com deficiência RURAL	
N	%	N	%	N	%
41.5	6,	9.2	1,	32.2	5,
13	58	40	31	73	27

Fonte: CadÚnico março/2015. Censo IBGE 2010. Elaboração própria.

### 2.1.1. Renda:

A distribuição de renda da população rural se concentra na faixa de até ¼ de salário mínimo, com 80,3% da população nessa categoria. Na mesma faixa de renda encontram-se 69,08% da população geral de Minas Gerais, o que demonstra a diferença do perfil econômico da população geral e da população rural.

Tabela 4: Distribuição da população rural e urbana por faixa de renda.

População	Até 1/4 de salário mínimo	De 1/4 a 1/2 salário mínimo	De 1/2 a 1 salário mínimo	De 1 a 3 salários mínimos	Mais de 3 salários mínimos
População Rural	80,31%	13,09%	5,99%	0,59%	0,01%
População Urbana	66,06%	22,17%	10,28%	1,46%	0,03%
População Total MG	69,06%	20,26%	9,38%	1,28%	0,03%

Fonte: CadÚnico março/2015. Censo IBGE 2010. Elaboração própria.

### 2.1.2. Escolaridade:

De acordo com o CadÚnico, o percentual de analfabetismo entre a população rural é ligeiramente maior que a da população geral de Minas Gerais (20,6% e 19,18% respectivamente); nos demais níveis de escolaridade, nota-se que há maior concentração de pessoas com ensino fundamental na população rural, e com ensino médio e superior na população urbana:

Tabela 5: Distribuição da população rural, por nível de escolaridade

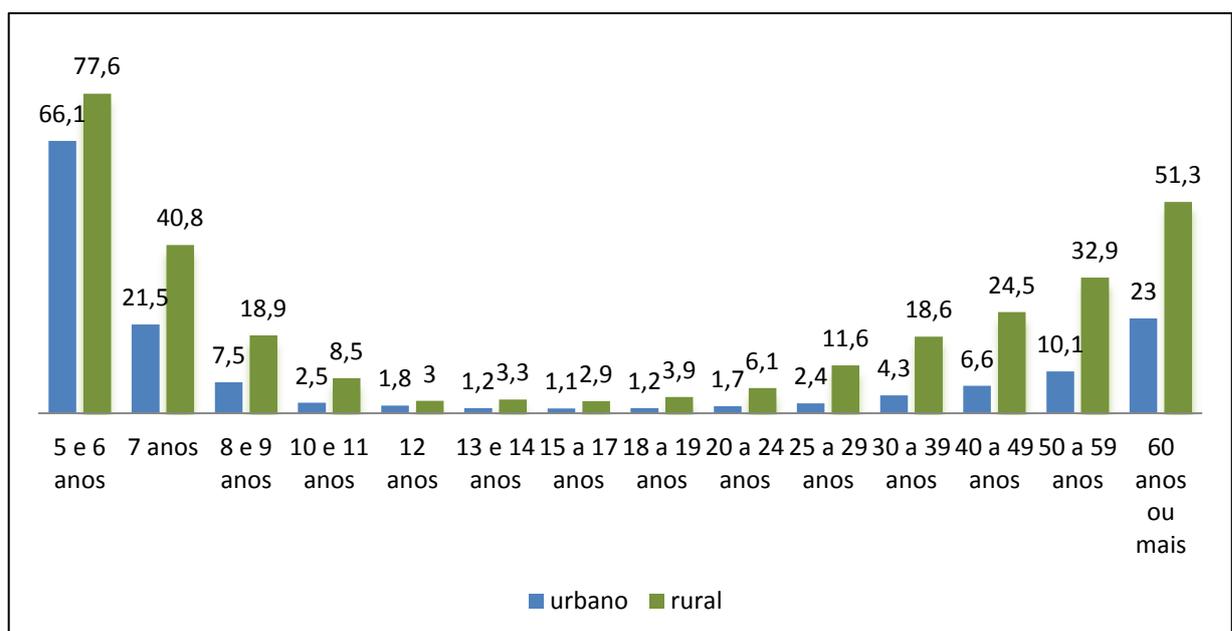
População	Analfabeto	Classe de Alfabetização	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior

				í	ri
				o	o
				r	r
Po				1	
pul				2	0,
aç	20,	0,17	50,3	,	3
ão	70	%	5%	9	4
Ru	%			0	%
ral				%	
Po				2	
pul				0	1,
aç	18,	0,13	41,8	,	1
ão	91	%	1%	2	3
Ur	%			8	%
ba				%	
na					
Po				1	
pul				8	0,
aç	19,	0,14	43,5	,	9
ão	29	%	8%	7	6
To	%			5	%
tal				%	
M					
G					

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

A análise dos dados estatísticos do meio rural realizado pelo MDA (2011) corroboram estes dados indicando que a taxa de analfabetismo é maior no meio rural em todas as faixas de idade, acentuando-se a diferença na faixa dos 7 anos de idade a após os 40 anos.

**Gráfico 5- Taxa de analfabetismo por faixa etária e local de residência - Brasil, 2009 (%)**



Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração: DIEESE/MDA.

Nota: trata-se da proporção de pessoas não alfabetizadas em relação ao total de pessoas em cada grupo de idade.

### 2.1.3. Frequência à escola:

A porcentagem das pessoas que nunca frequentaram a escola é superior entre a população rural, sendo 15,6% *versus* 13,7% da população urbana de Minas Gerais.

**Tabela 6: Frequência à escola. Minas Gerais, 2015.**

População	Sim, rede pública	Sim, rede particular	Não, já frequentou	Nunca frequentou
População Rural	33,15%	0,18%	51,04%	15,63%
População Urbana	34,23%	0,68%	51,81%	13,27%
População Total MG	34,01%	0,58%	51,65%	13,77%

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

### 2.1.4. Ocupação:

Se dentre a população geral de Minas Gerais inscrita no CadÚnico, 30,20% exerceu trabalho remunerado nos últimos 12 meses, dentre a população rural esse percentual é um pouco inferior, 28,90%.

Tabela 7: Prática de trabalho remunerado. Minas Gerais, 2015.

População	Pessoa exerceu trabalho remunerado nos últimos 12 meses			
	SIM (Abs.)	SIM (%)	NÃO (Abs.)	NÃO (%)
População Rural	354.912	29,68%	841.078	70,32%
População Urbana	1.418.858	33,98%	2.756.900	66,02%
População Geral de Minas Gerais	1.773.770	33,02%	3.597.978	66,98%

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

## 2.2. Dados coletados sobre os domicílios:

Em relação ao acesso à água pelos domicílios do meio rural, tem-se que dos 485.297 domicílios identificados, 30,47% não têm água encanada. O abastecimento de água é realizado pela rede geral de distribuição em 21,34% dos domicílios, por poço ou nascente em 66,52% e por cisternas em 7,61%.

Tabela 8: Água encanada por domicílio. 2015.

	Minas Gerais		Urbana		Rural	
	Tot al	%	Tot al	%	Tot al	%
Sim	2.301.664	91,66%	1.942.433	91,66%	359.231	66,52%
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	
Não	209.923	8,34%	172.864	8,34%	37.059	33,48%
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	
Total	2.511.587	100,00%	2.115.297	100,00%	544.290	100,00%
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	
	0		0		0	

5	6	9
7	0	7

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

**Tabela 9: Forma de abastecimento de água por domicílio. 2015.**

Tipo de abastecimento	Minas Gerais		Urbana		Rural	
	T o t a l	%	T o t a l	%	T o t a l	%
<b>Rede Geral de Distribuição</b>	2	8	1	9	1	2
	0	0	9	5	0	1
	3	,	2	,	3	,
	1	8	7	1	5	3
	1	9	6	6	3	4
	5	%	1	%	9	%
<b>Poço ou Nascente</b>	3	1	6	3	3	6
	9	5	7	,	2	6
	0	,	3	3	2	,
	1	5	4	2	8	5
	6	4	4	2	2	2
	8	%	4	%	4	%
<b>Cisterna</b>	5	2	1	0	3	7
	0	,	3	,	6	,
	3	0	3	6	9	6
	0	0	8	6	2	1
	3	%	2	%	1	%
<b>Outra Forma</b>	3	1	1	0	2	4
	9	,	7	,	2	,
	3	5	3	8	0	5
	3	7	2	6	1	4
	4	%	0	%	4	%
<b>Total</b>	2	1	2	1	4	1
	5	0	0	0	8	0
	1	0	2	0	5	0
	0	,	5	,	2	,
	9	0	6	0	9	0
	6	0	6	0	9	0
	0	%	2	%	8	%

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

Quanto às características dos domicílios referentes a saneamento básico e higiene, temos que 13,93% deles ainda não possui banheiro, que pode acarretar problemas sanitários e a disseminação de diversas doenças e verminoses, principalmente os 7,9% de domicílios cujas formas de escoamento sanitário são valas a céu aberto – apenas 13% contam com rede coletora de esgoto ou pluvial e 17,7% possuem fossa séptica. De acordo com a OMS – Organização Mundial de Saúde –, o acesso à água adequada, saneamento e higiene é fundamental para a prevenção e cuidados de 16 das 17 “doenças tropicais negligenciadas”. A falta de progresso no

saneamento ameaça enfraquecer a sobrevivência infantil e benefícios à saúde conquistados por meio de melhor acesso à água potável, segundo o Fundo da ONU para Infância – UNICEF – e a OMS.<sup>3</sup>

**Tabela 10: Existência de banheiro por domicílio 2015.**

	Minas Gerais		Urbana		Rural	
	T o t a l	%	T o t a l	%	T o t a l	%
<b>S i m</b>	2414783	96,1	197101	98,5	41762	87,7
	96	3,9	28	1,5	67	12,3
	62	,8	5	,4	6	,9
	13	3,3	8	1,6	27	3,3
	20	1,0	5	0,6	30	0,0
	996	0,9	88	0,8	99	0,9
<b>T o t a l</b>	2510996	100,0	200588	100,0	464358	100,0

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

**Tabela 11: Forma de escoamento sanitário 2015.**

R e d e c o l e t o r a d e e s	F o s a s é p t i c a	F o s a r u d i m e n t a r	V a a a c é u a e r t	D i r e t o p a r a u m r	O u r a f o r m a	T o t a l

<sup>3</sup> Fonte: ONU Brasil. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/mais-de-2-bilhoes-de-pessoas-no-planeta-carecem-de-saneamento-basico-onu/>

g o t o o u p l u v i a l	o						i o l a g o o u m a r						
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
6	1	8	2	2	4	2	3	3	1	4	1	4	1
2	4	8	0	1	5	7	3	1	3	0	3	0	
5	1	4	6	0	5	2	8	1	4	0	4	0	
4	3	5	4	6	0	2	1	1	1	0	0	0	
2				5						2		0	

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

Em relação à forma de coleta do lixo, observamos um quadro quase inverso na área rural e urbana: somente 22,95% dos domicílios têm o lixo coletado diretamente, sendo que na maioria dos domicílios (67,65%) o lixo é queimado ou enterrado na propriedade; no meio urbano, 91,36% dos domicílios têm o lixo coletado diretamente e 3,48% são queimados ou enterrado.

**Tabela 12: Forma de coleta de lixo por domicílio. 2015.**

Forma de coleta	Minas Gerais		Urbana		Rural	
	T o t a l	%	T o t a l	%	T o t a l	%
É coletado diretamente	1		1		1	
	9	7	8	9	1	2
	6	8	5	1	1	2
	2	,	0	,	3	,
	1	1	7	3	8	9
É coletado indiretamente	0	4	2	6	2	5
	2		3		2	
	5	2	7	1	0	4
	7	,	5	,	2	,
	8	3	1	5	9	1
É queimado ou enterrado na propriedade	1	0	8	5	7	8
	5		3		3	
	3	1	7	3	2	6
	9	5	0	,	8	7
	8	,	5	,	3	,
	8	8	4	8	1	6
	6	8	8		3	5
	1		3		3	

	2	1	8	0	2	4
É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	9	,	3	,	1	,
	6	1	7	4	2	3
	3	8	9	1	5	8
	6	%			7	
É jogado em rio ou mar		0		8		0
	6	,	3	0	2	,
	4	0	5	,	9	0
	4	3	3	0	1	0
		%		0		6
Tem outro destino	6	2	5	2	3	0
	1	,	8	,	7	,
	9	4	1	8	5	7
	1	7	5	7	9	7
	2	%	3	%		
Total	2	1	2	1	4	1
	5	0	0	0	8	0
	1	0	2	0	5	0
	0		5		2	
	9	,	6	,	9	,
	7	0	7	0	9	0
	0	0	1	0	9	0

Fonte: CadÚnico junho/2014. Elaborado por Divisom/SMC/SUBAS/SEDESE.

A energia elétrica não chegou em 5,74% dos domicílios rurais, embora exista o programa do governo federal “Luz para Todos”, com esforços para reduzir esse número.

**Tabela 13: Tipo de Iluminação por domicílio. 2015.**

	Minas Gerais		Urbana		Rural	
	T	%	T	%	T	%
Elétrica com medidor próprio	2	8	1	8	3	8
	2	8	8	9	9	1
	1	,	2	,	5	,
	6	2	0	8	4	4
	1	6	7	8	1	8
	8	%	6	%	9	%
	5		6			
Elétrica com medidor comunitário	1	7	1	6	4	1
	8	,	3	,	8	0
	6	4	8	8	7	,
	8	4	1	2	2	0
	3	%	1	%	5	4
	5		0		%	
Elétrica sem medidor	3	1	2	1	1	2
	6	,	3	,	3	,
	6	4	3	1	3	7
	2	6	0	5	2	5
	4	%	2	%	2	%
Óleo, querosene ou gás	1	0	3	0	9	2
	2	,	0	,	9	,
	9	5	1	1	8	0

	9	2	2	5	4	6
	6	%		%		%
<b>Vela</b>	9	0	4	0	5	1
	9	,	1	,	8	,
	9	4	3	0	5	2
	2	0	5	0	7	1
		%		2		%
				%		
<b>Outra forma</b>	4	1	3	1	1	2
	8	,	6	,	1	,
	3	9	3	7	9	4
	4	3	4	9	9	7
	0	%	6	%	4	%
<b>Total</b>	2	1	2	1	4	1
	5	0	0	0	8	0
	1	0	2	0	5	0
	0	,	5	,	3	,
	9	0	6	0	0	0
	7	0	7	0	1	0
	2	%	1	%		%

Fonte: CadÚnico março/2015. Elaboração própria.

Em relação às características dos domicílios, consideramos relevante apontar o dado produzido pelo MDA que revela que em Minas Gerais 2.156 famílias residem em ocupações em imóveis rurais<sup>4</sup>, podendo corresponder a um fator importante de vulnerabilidade social. As ocupações são reflexos da concentração de terra: o Índice Gini da Propriedade da Terra revela que, no Brasil, o grau de concentração é elevado (0,802 em uma escala onde 1 caracteriza a concentração máxima), na região Sudeste é 0,750 – dado de 2000.<sup>5</sup>

**Tabela 14: Número de ocupações em imóveis rurais e de famílias envolvidas - 2010 (em números absolutos)**

Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas	Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas
Alagoas	20	892	Paraíba	4	218
Bahia	26	3.663	Paraná	9	480
Ceará	3	204	Pernambuco	33	3.553
Distrito	1	65	Rio	1	170

<sup>4</sup> Fonte: MDA/DIEESE. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-It\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-It_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

<sup>5</sup> Fonte: INCRA/DIEESE. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204234-487363-It\\_Estatsticas\\_do\\_Meio\\_R-1481281.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-It_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf)

<b>o Federal</b>			<b>Grand e do Sul</b>		
<b>Espírito Santo</b>	5	167	Rondônia	1	80
<b>Goiás</b>	5	760	Santa Catarina	1	150
<b>Mato Grosso do Sul</b>	3	720	São Paulo	8 1	1.86 0
Minas Gerais	<b>2</b> <b>7</b>	<b>2.15</b> <b>6</b>	Sergipe	4	717
<b>Pará</b>	3	410	<b>Total</b>	<b>2</b> <b>2</b> <b>7</b>	<b>16.2</b> <b>65</b>

Fonte: MDA. Ouvidoria Agrária Nacional.

Obs.: as demais UF não registraram conflito de acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional.

### 2.3. Presença de povos e comunidades tradicionais

O CadÚnico possui campos que permitem identificar se a família cadastrada é indígena ou quilombola. Por meio destes campos, podemos observar que dentre as pessoas que pertencem à família indígena ou quilombola, a maioria se concentra na área rural.

**Tabela 16: Pessoas que pertencem à família indígena ou quilombola, por tipo de domicílio. 2015.**

Nº de pessoa s que perten cem à família indíge na		Nº de pessoa s que perten cem à família indíge na		Nº de pessoa s que perten cem à família quilo mbola		Nº de pessoa s que perten cem à família quilo mbola		NR	
URBA		RURAL		URBA		RURAL			
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3	0	9	1	7	0	2	2	8	8
.	,	.	,	.	,	5	,	.	4
4	3	3	1	4	8	.	9	0	7
4	2	2	4	7	5	4	0	4	,
6		9		2		4		6	7
						3		.	9
								8	
								7	
								2	

### 3. Dados sobre a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no CRAS:

#### 3.1. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS:

##### 3.1.1. Existência de equipe volante no CRAS:

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a equipe volante é responsável pelo deslocamento dos serviços de proteção social básica às famílias residentes em territórios extensos, isolados, com espalhamento ou baixa densidade demográfica.

Trata-se de uma equipe adicional referenciada a um CRAS preexistente cuja função é realizar o atendimento das famílias que vivem em locais muito distantes do equipamento principal, com difícil acesso, em zona rural ou comunidades tradicionais dispersas.

A cada CRAS poderá ser vinculada apenas uma equipe volante para realizar o atendimento das famílias que já estão referenciadas a este equipamento, e que, no entanto, encontram-se dispersas no território. Nesse sentido, o território de abrangência do CRAS permanece o mesmo, visto que não se trata de referenciar mais famílias a um mesmo CRAS, mas potencializar a cobertura dos serviços socioassistenciais ofertados àquelas famílias que enfrentam maiores dificuldades de acesso ao CRAS.

No caso de Minas Gerais, estado com grande diversidade regional e grande extensão territorial, a implantação de equipes volantes representa uma estratégia de grande potencial para garantir o acesso de populações que vivem em situação de isolamento e enfrentam dificuldades de deslocamento à política de assistência social.

Nos anos de 2011 a 2014 o governo federal pactuou critérios de elegibilidade para municípios receberem recursos de cofinanciamento para implantação deste serviço. De acordo com o módulo de demonstração de implantação dos serviços e ações executados por equipes volantes, Minas Gerais possui, atualmente, 175 Equipes Volantes em 156 municípios<sup>6</sup>.

Os critérios de elegibilidade definidos para determinar quais municípios poderiam receber o recurso de cofinanciamento federal foram:

- I. possuir CRAS que atenda famílias em território cuja área é extensa, isolada, rural e de difícil acesso;
- II. possuir CRAS cadastrado no Censo SUAS com o quantitativo de profissionais previsto nas Metas de Desenvolvimento dos CRAS correspondente ao respectivo ano;
- III. possuir área territorial em quilômetros quadrados, dividida pelo número de CRAS necessários à plena cobertura (tendo como referência o número de famílias de até ½ salário mínimo no CadÚnico), superior a 700km<sup>2</sup>.

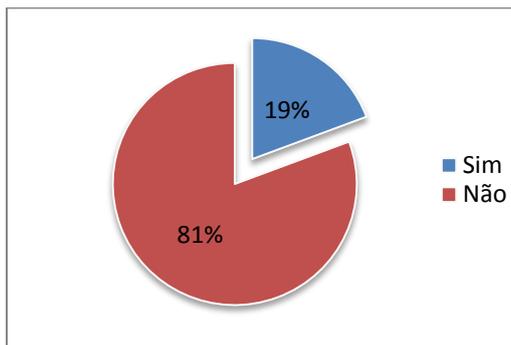
O Relatório de Informações Sociais da SAGI, no tocante à Proteção Social Básica, indica a existência de 183 equipes volantes cofinanciadas no estado, sendo que destas, apenas 175 estão recebendo o repasse regular, tomando-se como referência o mês de janeiro de 2015, conforme quadro abaixo.

Tomando-se como base de análise o Censo SUAS 2014, dos 1.129 CRAS, 218 (presentes em 184 municípios) alegaram possuir uma equipe técnica adicional (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS) específica para deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas, ou seja, a equipe volante. Deste ponto em diante, apresentaremos dados referentes a estas unidades (que podem possuir ou não cofinanciamento federal).

Conforme gráfico abaixo, 19% dos CRAS existentes no estado possuem equipe volante.

#### **Gráfico 6: CRAS com equipe volante.**

<sup>6</sup> De acordo com a ferramenta “Parcelas Pagas- Público”, do SUASWeb, consultada em março de 2015, existem em Minas Gerais 183 equipes volantes que recebem cofinanciamento federal, presentes em 156 municípios.



Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

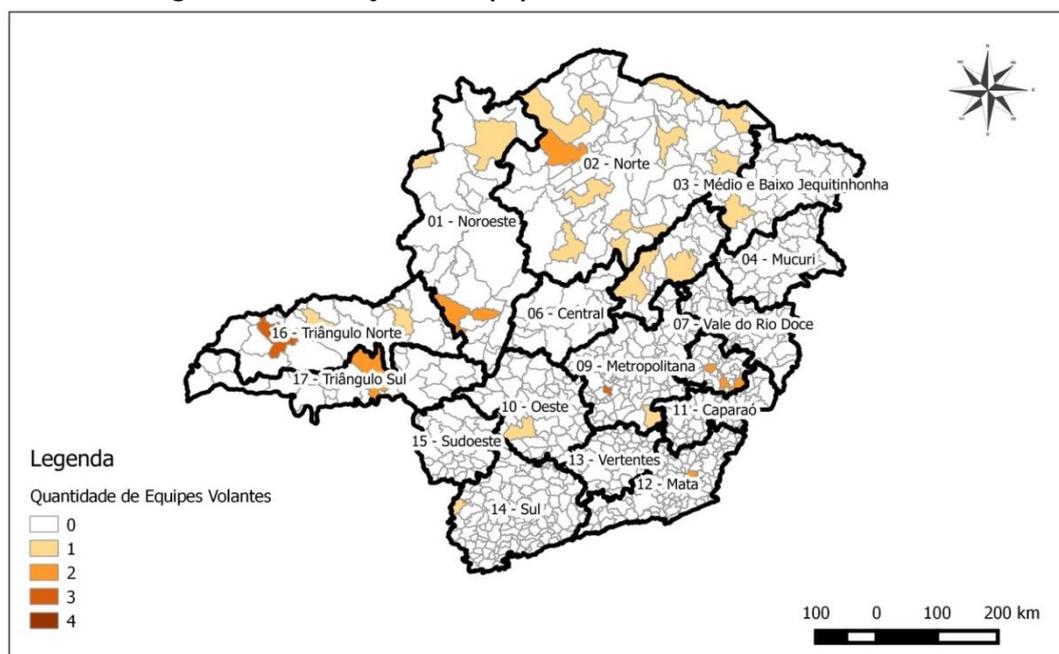
### 3.1.2. Localização do CRAS:

O Censo SUAS 2014 apontou que existem 1.129 CRAS em 846 municípios de Minas Gerais.

Em relação à sua localização, dos 1.129 CRAS existentes no estado, 22 CRAS (2%) situam-se no meio rural, 460 em área urbana periférica (40,7%) e 03 são itinerantes (dois em Coração de Jesus e um em Casa Grande – 0,2%).

Os CRAS que possuem Equipe Volante estão distribuídos pelo estado conforme a Figura 2, abaixo. Observa-se o Norte de Minas é a região com mais municípios que possuem equipe volante, tratando-se de municípios com grande extensão territorial, que necessitam ainda mais dessa forma de serviço.

**Figura 1: Distribuição das equipes volantes em Minas Gerais**



Fonte dos dados: Censo SUAS 2014  
EPSG: 4674  
Fonte do Plano de Fundo: GeoMinas  
Elaborado por: DIVISOM/SMC/SUBAS/SEDESE

A partir da tabela abaixo é possível observar que a grande maioria dos CRAS que possuem equipes volantes se localiza na área urbana, central ou periférica. Apesar de a equipe

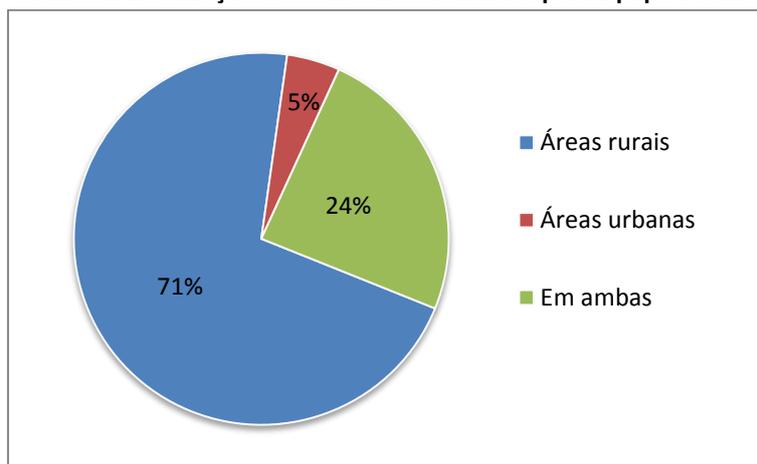
volante atender as populações rurais mais isoladas, a localização da sede do CRAS é mais centralizada, majoritariamente urbana.

**Tabela 17 : Quantidade de CRAS com equipe volante, por localização.**

<b>Localização do CRAS</b>	<b>Nº CRAS</b>	<b>% do total</b>
<b>Urbano Central</b>	114	52,29%
<b>Urbano Periférico</b>	97	44,50%
<b>Rural</b>	05	2,29%
<b>Itinerante</b>	02	0,92%
<b>Total</b>	218	100%

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

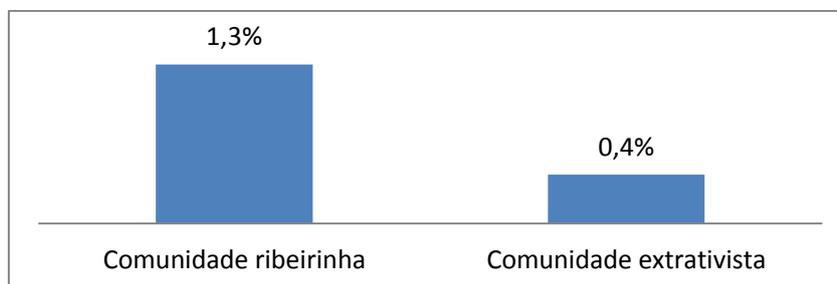
Ainda sobre a localidade dos territórios cobertos por equipe volante, é possível observar no gráfico abaixo que 71% destas se localizam em área rural e apenas 05% em área urbana, sendo que 24% das equipes se dividem entre ambas as áreas. Do total de 218 CRAS que assinalaram possuir equipe volante, cinco deles afirmaram se localizar dentro de alguma comunidade tradicional, especificada como quilombola, ribeirinha ou outra.

**Gráfico 7: Localização dos territórios atendidos pela Equipe Volante**

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

### 3.1.3. Atendimento de comunidades tradicionais:

No questionário do Censo SUAS há questões relativas ao atendimento de comunidades tradicionais pelo CRAS<sup>7</sup>. Dentre os 1.129 CRAS mineiros, somente 19 informaram atender comunidade ribeirinha e 05 atendem comunidade extrativista.

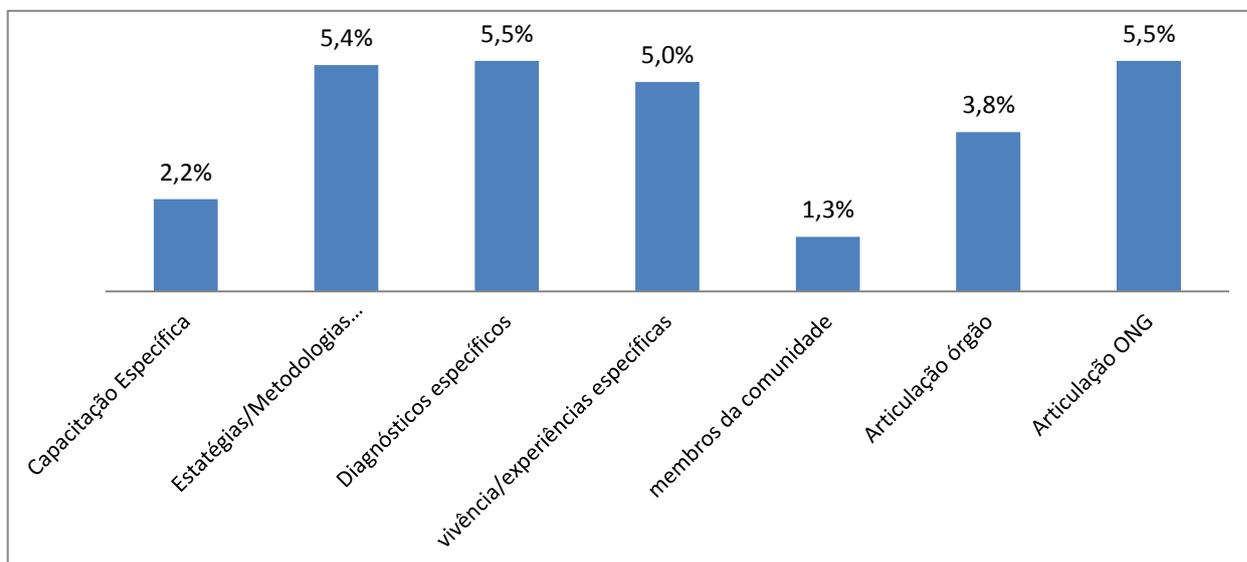
**Gráfico 8 - Comunidades tradicionais atendidas por CRAS**

Fonte: CENSO SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Em relação à qualificação técnica das equipes dos CRAS para realizar atendimento a comunidades tradicionais, há uma distribuição semelhante (em torno de 5,0%) entre estratégias, metodologias, diagnósticos, vivências e experiências específicas e articulação com ONG. Pouquíssimas equipes (2,2%) têm capacitação específica para atender esse público e um percentual ainda menor (1,3%) conta com membros de comunidades tradicionais. A partir desses dados, vemos a importância de qualificar os CRAS para atendimento a esse público específico.

<sup>7</sup> No questionário do CENSO CRAS, a questão (múltipla escolha) “Este CRAS atende povos e comunidades tradicionais?”, com as seguintes opções de resposta: Não atende; Sim, atende Povos Indígenas; Sim, atende Comunidade Quilombola; Sim, atende Comunidade Ribeirinha; Sim, atende Povos Ciganos; Sim, atende Comunidades Extrativistas; Sim, atende outros povos e comunidades tradicionais.

**Gráfico 9 - Para o atendimento a comunidade(s) tradicional(is), a Equipe de Referência deste CRAS possui**



Fonte: CENSO SUAS 2014. Elaboração própria.

#### 1.1.1. Presença de povos e comunidades tradicionais na área de abrangência dos CRAS com equipes volantes:

Dos 218 CRAS que assinalaram possuir equipe volante no Censo SUAS 2014, 80 informaram que existem povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência, o que representa aproximadamente 37% do total de CRAS conforme tabela abaixo.

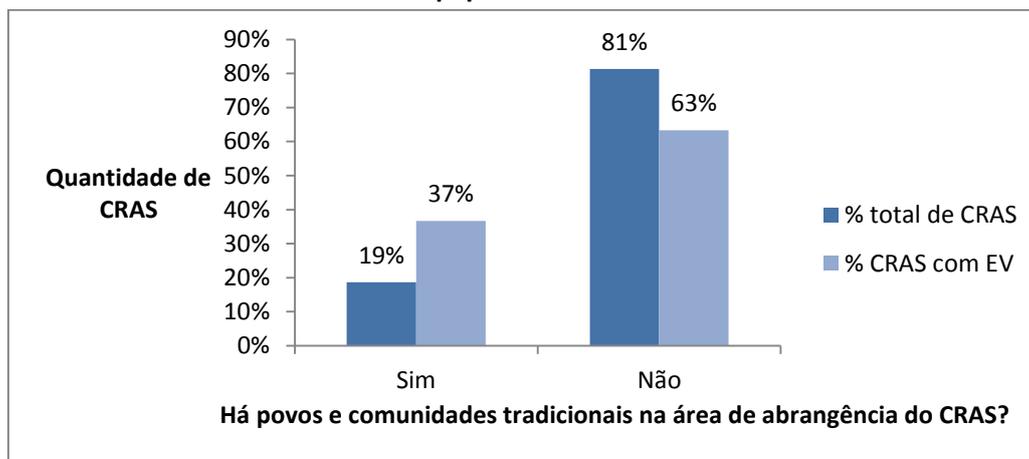
**Tabela 18: Presença de povos e comunidades tradicionais**

Há povos tradicionais?	Nº CRAS com EV	%
<b>Sim</b>	80	36,70%
<b>Não</b>	138	63,30%
<b>Total</b>	218	100,00%

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Quando comparados ao número total de CRAS no gráfico abaixo, dos 1.129 existentes em Minas Gerais, cerca de 19% apontam a existência de povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência.

**Gráfico 10: Se há povos e comunidades tradicionais na área de abrangência dos CRAS com equipes volantes. 2015.**



Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Quando questionados se o CRAS com equipe volante realizou o atendimento de povos e comunidades tradicionais, 100 CRAS responderam que sim, sendo que 46% do total foram povos quilombolas, 19% de povos ciganos, 15% ribeirinhos, 9% indígenas, 4% extrativistas e 7% outras comunidades tradicionais. Percebe-se, portanto, uma prevalência de povos quilombolas, seguidos de ciganos e ribeirinhos. Em menor proporção, têm-se as comunidades indígenas e extrativistas. É importante destacar a existência de outros povos e comunidades tradicionais para além dos aqui apontados, mas o seu reconhecimento formal no território ainda é um processo.

**Tabela 19: Povos e comunidades tradicionais atendidos pelo CRAS**

Povos e comunidades tradicionais	%
Comunidade Quilombola	46%
Povos Ciganos	19%
Comunidade Ribeirinha	15%
Povos Indígenas	9%
Comunidades Extrativistas	4%
Outros povos e comunidades tradicionais	7%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

### 1.1.2. Posse de veículo exclusivo no CRAS (carro, van, ônibus próprio):

Apenas 117 dos 1.129 CRAS de Minas Gerais possuem veículo exclusivo, o que significa 10% do total. Em relação aos 22 CRAS localizados na zona rural, a proporção é um pouco maior: 4 possuem veículo exclusivo, ou seja, 18%.

Essa baixa frequência pode comprometer o atendimento e acompanhamento das famílias rural, dificultando as visitas domiciliares e a busca ativa, tendo em vista a distância do meio rural em relação aos equipamentos da assistência social.

### 1.1.3. CRAS com equipe volante possui veículo exclusivo (carro, van, ônibus próprio):

Em se tratando da presença de veículo para viabilizar os serviços executados por equipe volante, tem-se que 46,33% dos CRAS possuem veículo de uso exclusivo, enquanto 67,43% possuem veículo de uso compartilhado.

**Tabela 20: Quantidade de CRAS com equipe volante, por situação do veículo.**

Situação do Veículo	Nº	% do total	Situação do Veículo	Nº	% do total
Possui veículo de uso exclusivo	101	46,33%	Possui veículo de uso exclusivo	14	67,43%
			Não possui veículo de uso compartilhado	7	32,57%
			<b>TOTAL</b>	<b>208</b>	<b>100%</b>
Não possui veículo de uso exclusivo	107	53,67%	Não possui veículo de uso compartilhado	71	66,36%
			Possui veículo de uso exclusivo	36	33,64%
			<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Quando cruzadas essas informações, tem-se que 99,08% dos CRAS com equipe volante possuem algum tipo de veículo, sendo ele de uso exclusivo ou não. Trata-se de um dado importante, haja vista que de um total de 218 equipamentos, apenas 02 não contam com algum veículo para o trabalho da equipe volante, conforme tabela abaixo.

**Tabela 21: Quantidade de CRAS com equipe volante, por posse de veículo.**

<b>Existência de Veículo</b>	<b>Nº CRAS</b>	<b>% do total</b>
<b>Possui veículo (exclusivo ou compartilhado)</b>	216	99,08%
<b>Não possui veículo</b>	02	0,92%
<b>TOTAL</b>	218	100%

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

#### **1.1.4. Deslocamento das equipes volantes:**

Com relação ao deslocamento dos profissionais do CRAS aos territórios distantes e áreas isoladas, observa-se que 28,44% dos CRAS que afirmaram possuir equipe volante não possuem, na prática, uma equipe exclusiva para o deslocamento dos serviços. Contudo, esse atendimento é realizado pela própria equipe de referência do CRAS, que se divide entre o espaço físico do equipamento e o território de abrangência.

**Tabela 22: Existência de equipe exclusiva para o deslocamento**

<b>Equipe</b>	<b>Nº CRAS</b>	<b>%</b>
<b>Equipe exclusiva para atendimento no espaço físico do CRAS e outra equipe exclusiva que faz o deslocamento.</b>	156	71,56%
<b>Os profissionais se revezam entre o atendimento no espaço físico do CRAS e o deslocamento.</b>	62	28,44%
<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Quanto às formas de deslocamento dessa equipe, percebe-se que na grande maioria dos municípios, em quase 87% dos casos, as distâncias são percorridas de automóvel, seja exclusivo, compartilhado ou particular dos membros do CRAS. Cerca de 10% das equipes se deslocam a pé, a cavalo ou por transporte público.

**Tabela 23: Como é feito o deslocamento da equipe volante?**

<b>Formas de deslocamento</b>	<b>%</b>
<b>Automóvel exclusivo do CRAS</b>	40,34%
<b>Automóvel compartilhado</b>	41,72%
<b>A pé</b>	6,55%
<b>Automóvel particular</b>	4,83%
<b>Transporte público</b>	3,10%
<b>Outro (Moto, carona, alugado, balsa)</b>	1,72%
<b>Embarcação</b>	1,38%
<b>A cavalo ou outro animal</b>	0,34%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

#### **1.1.5. Atividades realizadas pela equipe volante:**

No que se refere às atividades realizadas pelas equipes volantes, o percentual dos tipos de atendimentos realizados é semelhante para todos os CRAS. De uma forma geral, a maioria deles realiza atendimentos particularizados e coletivos com as famílias e indivíduos, além da concessão de benefícios eventuais, cadastramento e atualização cadastral e ações para obtenção de documentação pessoal.

**Tabela 24: Tipos de atendimento realizados pela equipe volante**

Tipo	%
Atendimento particularizado	20,1%
Atendimento coletivo continuado	14,4%
Atendimento coletivo não-continuado	14,4%
Cadastramento/Atualização cadastral	17,0%
Concessão de benefício eventual	17,5%
Ações para obtenção de Documentação pessoal	16,6%
Total	100%

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Ao tratar das formas de acesso da população aos serviços do CRAS (procura espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e demais políticas públicas), tem-se um percentual um pouco maior de busca ativa nos CRAS que possuem equipe volante. A procura espontânea é a maior nos dois casos, correspondente a mais de 40% das demais formas de acesso.

**Tabela 25: Formas pelas quais os usuários acessam os serviços do CRAS**

Forma de acesso	Possui EV Média (%)	Não possui EV Média (%)
Por procura espontânea	41%	46%
Por busca ativa	28%	25%
Por encaminhamento da rede socioassistencial	16%	15%
Por encaminhamento das demais políticas públicas e/ou sistema de garantia de direitos	15%	14%

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

Com relação aos objetivos da busca ativa realizada, a inclusão no acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) lideram as atividades realizadas. Em seguida, tem-se a atualização e inclusão no CadÚnico, a inserção no Programa Bolsa Família, além da inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC) Escola e Trabalho, ações importantes para que a população de baixa renda possa ser beneficiária de programas sociais.

**Tabela 26: Objetivos da busca ativa realizada pela equipe volante**

Objetivos da busca ativa	%
Inclusão no CadÚnico	13,9%
Atualização do CadÚnico	14,2%
Inclusão no Programa Bolsa Família (PBF)	13,2%
Inclusão no Benefício de Prestação Continuada - Trabalho (BPC Trabalho)	9,6%
Inclusão no Benefício de Prestação Continuada - Escola (BPC Escola)	10,4%
Inclusão no acompanhamento familiar do PAIF	16,5%
Inclusão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	16,4%
Outros	5,8%
<b>Total de respostas</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

No que tange às estratégias utilizadas para a realização da busca ativa, além de formas de divulgação como panfletos, cartazes, correspondências e carros de som, destaca-se a realização de contatos com os atores socioassistenciais, setoriais e locais, como líderes comunitários, associações de bairro, entre outros. Além disso, 16% dos Cras realizam visitas domiciliares, em 13% deles a equipe se desloca para conhecimento do território e outros 13% utilizam as informações do CadÚnico como estratégia da busca ativa.

**Tabela 27: Estratégias de busca ativa realizadas pelas equipes volantes.**

Estratégias da Busca Ativa	%
Visitas Domiciliares	16%
Deslocamento da equipe de referência para conhecimento do território	13%
Contatos com atores sociais locais ou atores dos serviços socioassistenciais e setoriais	27%
Panfletos, cartazes, correspondências ou carros de som	28%
Utilização das informações do CadÚnico	13%
Outros	3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo SUAS 2014/MDS. Elaboração própria.

## 2. Considerações e direcionamentos:

O levantamento de dados realizado a partir do CadÚnico revela que a população rural de baixa renda vivencia disparidades no acesso à políticas básicas de educação, saneamento básico, fornecimento de água e luz, que acabam por conformar um quadro de desigualdade no desempenho de indicadores sociais importantes, como o nível de escolaridade e padrão de vida. Em relação a este último, temos, por exemplo, que 96,97% da população urbana tem acesso à água encanada em seu domicílio, quando cerca de 70% da população residente da área rural tem água encanada, e que 14% dos domicílios rurais ainda não possuem banheiro (na área urbana este percentual corresponde a menos de 2%). Quando comparados com alguns dados presentes na literatura sobre o tema, principalmente de estudos realizados pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário, observamos que os dados do CadÚnico acompanham a tendência geral identificada para o estado por meio dos dados do IBGE.

Outra questão que vale destacar é a desigualdade do acesso à renda. Há uma concentração da população rural na faixa de renda de menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (80,31%) em relação à média das pessoas cadastradas no CadÚnico (69%).

Quanto à oferta dos serviços de proteção social básica, com foco no serviço de proteção e atendimento integral à família desenvolvido pelo CRAS, temos que existem poucos CRAS que se localizam na área rural (apenas 22 ou 2% dos CRAS existentes no estado) ou que afirmaram abranger a essa população em sua área de abrangência (177 CRAS – 15,6% do total). Além disto, notamos que menos de 2% das unidades atendem povos e comunidades tradicionais, e que a maioria das equipes não possui capacidade ou metodologia específica para realizar atendimento a este público.

Uma estratégia importante que tem sido incentivada pelo governo federal é a implantação de equipes volantes nos CRAS, ou seja, de equipes específicas para realizar deslocamento até áreas isoladas ou de difícil acesso para realizar atendimento da população aí residente. Tal estratégia seria muito importante no caso de Minas Gerais, para garantir o acesso de populações que vivem em situação de isolamento e enfrentam dificuldades de deslocamento à política de assistência social, tendo em vista a extensão territorial do estado. De acordo com o Censo Suas 2014, 184 municípios em 218 CRAS (19%) alegaram possuir equipe volante. Tendo em vista o contingente de pessoas que habitam nestes locais e a presença de comunidades e povos tradicionais no estado, vemos que é importante continuar e expandir o investimento na implantação de equipes volantes, e, tão importante quanto, estruturá-las e qualificá-las.

Dados sobre o serviço prestado por estas equipes revelam avanços interessantes, como um percentual significativamente maior de atendimento a povos e comunidades tradicionais em relação à média dos CRAS do estado (46% das equipes volantes existentes realizaram atendimento a este público em 2014). Para o aprimoramento deste serviço, as informações coletadas apontam a necessidade de se fortalecer as equipes, com maior quantidade de pessoal, capacitação e intensificação das atividades de busca ativa (20% dos usuários dos CRAS com equipes volantes tiveram acesso ao serviço por meio de busca ativa, percentual muito semelhante ao dos CRAS sem equipes volantes – 25%). O maior acesso ao serviço, mesmo onde há equipe volante, ainda se dá por procura espontânea).

Como limitação do presente estudo, destacamos que as variáveis analisadas não permitiram um aprofundamento da análise relativo às questões debatidas na primeira parte deste boletim, tais como a relação com a natureza, a cultura, aspectos da convivência e da relação com o meio urbano que caracterizam a população rural. Faz-se necessário então aprofundar os debates sobre os critérios de definição da população rural, para além da declaração da situação de domicílio ou dos registros administrativos usados pelo IBGE, de modo captar estas outras dimensões para conhecer melhor esta população e realizar estudos mais focalizados nas localidades com maior presença dela.

Não obstante, os dados analisados apontam caminhos para a realização de novos estudos e contribuem para identificar algumas dimensões de vulnerabilidade importantes vivenciadas pela população rural, principalmente ligadas ao acesso aos serviços públicos essenciais, o que indica para a política de assistência social a necessidade de realizar articulação intersetorial nestes territórios, de expandir e qualificar a oferta de serviços de proteção básica e

equipes volantes do meio rural, com o objetivo de avançar na garantia do acesso aos direitos sociais.

Por último, além de redimensionar a população rural com base em novos conceitos, menos simplistas do que o utilizado oficialmente (critério territorial), para a assistência social é ainda mais importante encontrar a população rural de baixa renda, ofertar-lhes serviços e possibilitar seu acesso aos equipamentos, bem como cadastrá-las para que sejam beneficiárias de programas sociais.

### **Referências Bibliográficas**

Abramovay, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 702, 2000.

Bezerra, M.L. e Bacelar, T. Introdução - as concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: Miranda, C. e Silva, H. (orgs). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável - v.21, 2013.

Brasil. Decreto federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Brasil. Censo SUAS 2014. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snass/vigilancia/index2.php>.

Brasil. Estatísticas do meio rural 2010-2011. São Paulo: DIEESE/NEAD/MDA, 4.ed., 2011.

Brasil. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2009.

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais (org). Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Belo Horizonte: CIMOS/MPMG, 2014.

Miranda, C. (org). Projeto repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas. Resumo Executivo. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), jan/2014.

Wanderley. M.N.B. e Favareto, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: Miranda, C. e Silva, H. (orgs). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável - v.21, 2013.